

Relatório Anual 2025

Análise do setor
e das atividades



Relatório Anual 2025

—
Análise do setor
e das atividades



Equipe responsável 2025





Murillo Barbosa

Diretor
Presidente



Gabriela Costa

Diretora
Executiva



Aline Borges

Coord. de Finanças
e Administração



Bárbara Rosa

Coord. de Pesquisa
e Desenvolvimento



Fábio Tayarol

Coord. de Relações
Governamentais



Rafaela Brandão

Coord. Jurídica



Tathiane Mesquita

Coord. de
Comunicação



Brenda Martins

Secretária
Executiva



Dyego Nolasco

Analista de
Comunicação



Joelma Miranda

Analista de Pesquisa
e Desenvolvimento



Willian Soares

Analista Jurídico



Lorrane Santos

Estagiária



Pablo Carvalho

Estagiário



Ana Clara

Estagiária

1	A ATP	10
	1.1 História da ATP	10
	1.2 Colaboradores	12
	1.3 Conselho Diretor	14
2	Análise Setorial	18
	2.1 Cenário Econômico Brasileiro e Internacional	18
	2.2 Análise do Setor Portuário	21
	2.3 Perspectivas para 2026	35
	2.4 Estatísticas da ATP	36
	2.5 Cenário Político	37
3	Atividades Internas	40
	3.1 Frentes de Trabalho	40
	3.2 Diretoria Executiva	45
	3.3 Coordenadoria de Administração e Finanças	46
	3.4 Coordenadoria de Comunicação	49
	3.5 Coordenadoria Jurídica	55
	3.6 Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento	58
	3.7 Coordenadoria de Relações Governamentais e Institucionais	61
4	Relações Governamentais e Institucionais	64

5	Comitês	78
	5.1 Comitê de Comunicação	78
	5.2 Comitê Jurídico	79
	5.3 Comitê de Infraestrutura	81
	5.4 Comitê de Sustentabilidade	83
	5.5 Comitê de Segurança	85
	5.6 Comitê de Inovação	87
6	Grupos de trabalho	90
	6.1 GT Comissão de Juristas	90
	6.2 GT Contêiner	91
	6.3 GT Barra Norte	91
	6.4 GT Praticagem	93
7	CENTRAR (Centro de Apoio Regional)	96
	7.1 CENTRAR/Norte	96
	7.2 CENTRAR/Nordeste	97
	7.3 CENTRAR/ES	98
	7.4 CENTRAR/RJ	99
	7.5 CENTRAR/SP	100
8	Eventos	103
	8.1 Associadas	103
	8.2 ATP no Palco	105
	8.3 ATP Promove	111

1 A ATP



Terminal Porto do Açu - RJ

1.1 História da ATP

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) foi criada em 24 de outubro de 2013 para representar os interesses e atuar em defesa do segmento portuário privado e na modernização dos portos brasileiros. A ATP iniciou suas atividades contando inicialmente com 14 (quatorze) empresas associadas, número que refletia o estágio inicial de consolidação da entidade como representante dos terminais portuários privados no Brasil.

Ao longo dos anos, a Associação ampliou gradualmente sua base associativa, fortalecendo sua representatividade institucional no setor. Em 2025, a ATP iniciou o exercício com 35 (trinta e cinco) empresas associadas. Durante o ano, o quadro associativo foi ampliado por deliberação do Conselho Diretor, em conformidade com as disposições previstas no Estatuto Social.

Com as novas adesões registradas ao longo de 2025, a ATP passou a contar com 39 (trinta e nove) empresas associadas, evidenciando o fortalecimento de sua base institucional e o reconhecimento crescente de sua atuação como entidade representativa do setor portuário brasileiro.

Missão	Visão	Valores
Representar os terminais portuários privados, buscando o desenvolvimento de um ambiente favorável ao investimento e à competitividade do setor.	Ser referência para o desenvolvimento da infraestrutura portuária.	<ul style="list-style-type: none">• Valorização profissional;• Ética e transparência;• Responsabilidade socioambiental;• Excelência empresarial;• Comprometimento e agilidade.

1.1.1 Quadro de associadas

As 39 empresas associadas congregam 75 Terminais de Uso Privado. As associadas da ATP, juntas, movimentam 60% da carga portuária brasileira. São empresas que se destacam por suas performances positivas e por recordes sucessivos de movimentação. Atuam em áreas fundamentais da economia brasileira, como os setores de mineração, siderurgia, petróleo e gás, agronegócio, contêineres e complexos logísticos, contribuindo para o saldo positivo da balança comercial nacional e para tornar o comércio exterior brasileiro mais robusto.

A ATP tem como foco um trabalho de articulação constante com o governo, entidades públicas e privadas para garantir segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável ao investimento. Promove a participação ativa do empresariado nas discussões técnicas e jurídicas com o objetivo de contribuir para o crescimento dos Terminais de Uso Privado no Brasil.

ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS

A filiação, em 2016, ao Sistema SEST/SENAT, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), resultou na cessão, por comodato, da sede da ATP, situada no Edifício Clésio Andrade, no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 01, Bloco J, Torre B, 7º andar, sala 701, CEP: 70.070-944. Houve uma remodelação na sede da ATP em 2022.

A partir de abril de 2026, a ATP passará a contar com uma nova sede no mesmo edifício, com o objetivo de oferecer à equipe e aos associados um ambiente mais confortável, funcional e alinhado às necessidades atuais da Associação.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) disponibilizou um novo espaço, com área total de 231 m², localizado no 6º andar, destinado a abrigar essa nova sede.



1.2 Colaboradores

No exercício de 2025, a equipe da ATP esteve sob a liderança do Diretor-Presidente, Murillo Barbosa, e da Diretora Executiva, Gabriela Costa, responsáveis pela condução estratégica das atividades institucionais, pelo fortalecimento do posicionamento da Associação e pela coordenação das ações voltadas ao cumprimento do planejamento anual e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor.

Com o objetivo de aprimorar a estrutura organizacional e atender às demandas crescentes da entidade, foram realizadas contratações estratégicas ao longo do ano.

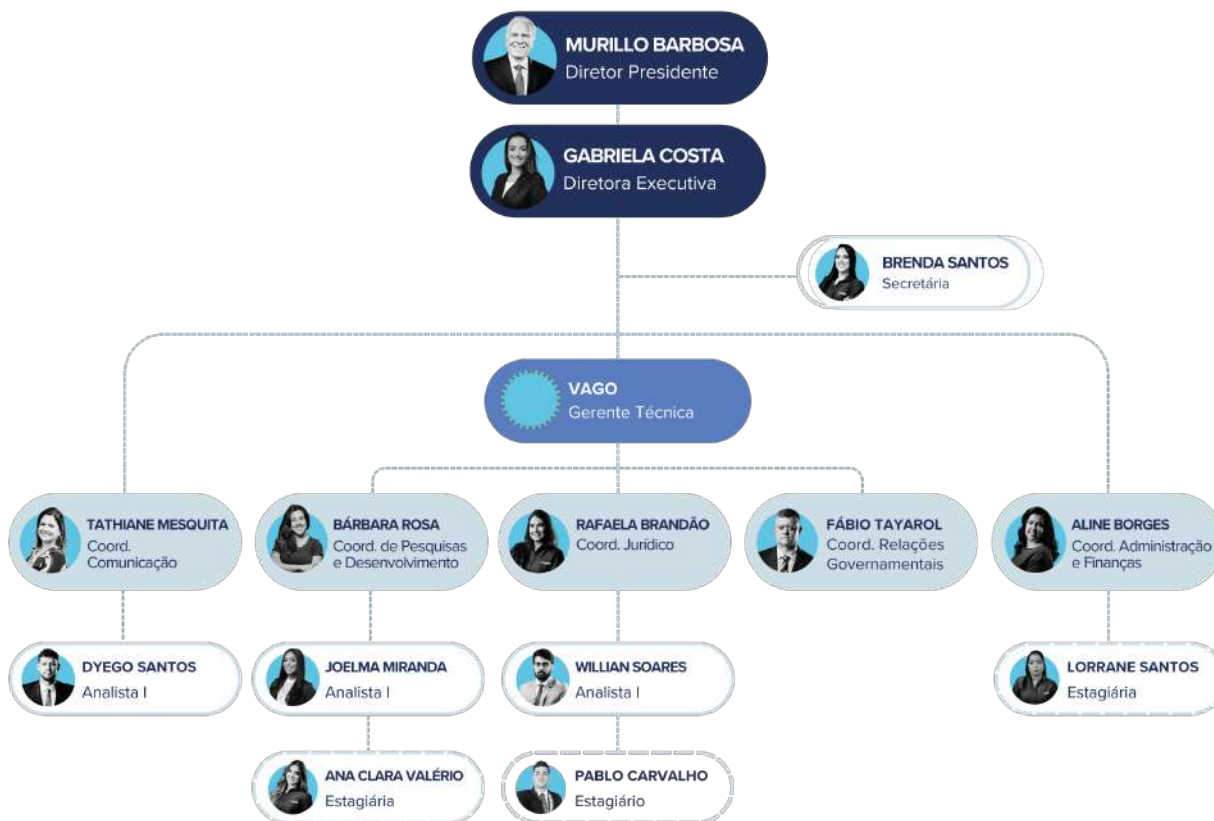
No mês de maio, o Dyego Nolasco foi contratado para o cargo de Analista de Comunicação, com a atribuição de fortalecer a comunicação institucional, apoiar o relacionamento com associados e stakeholders e contribuir para a consolidação da imagem da ATP junto aos seus públicos de interesse.

Em junho, a Lorrane Santos passou a integrar a equipe como estagiária da Coordenadoria de Administração e Finanças, oferecendo suporte às rotinas administrativas e financeiras, colaborando para a organização dos processos internos e para a eficiência operacional da área.

No mês de setembro, foi realizada a contratação do Fábio Tayarol para o cargo de Coordenador de Relações Governamentais (RelGov), com a responsabilidade de acompanhar pautas legislativas e regulatórias de interesse do setor, fortalecer o diálogo institucional com órgãos públicos, incluindo a Marinha do Brasil, e representar a Associação em agendas estratégicas. Na mesma ocasião, o Pablo Costa foi contratado como estagiário da Coordenadoria Jurídica, prestando apoio às atividades técnicas da área, especialmente no acompanhamento de processos, análises normativas e suporte às demandas regulatórias.

As movimentações ocorridas em 2025 refletem o compromisso da ATP com o fortalecimento de sua estrutura interna, a qualificação contínua de sua equipe e o aprimoramento de suas frentes de atuação institucional.

Organograma 2025



1.3 Conselho Diretor

Na 67ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 7 de outubro de 2025, em conformidade com as disposições estatutárias da Associação, foram eleitos os 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Diretor da ATP, com mandato no período de 25 de outubro de 2025 a 24 de outubro de 2028. A eleição observou os critérios de representatividade e governança previstos no Estatuto Social, reforçando o compromisso da entidade com a participação ativa de seus associados na condução estratégica da instituição.

Na mesma ocasião, foi eleito para a Presidência o Sr. Ulisses Oliveira (Porto Sudeste) e, para a Vice-Presidência, o Sr. Osmari de Castilho Ribas (Portonave), ambos com a responsabilidade de conduzir os trabalhos do colegiado, coordenar as deliberações e acompanhar a execução das diretrizes institucionais ao longo do mandato.

Ainda durante a Assembleia, foram eleitos os 3 (três) membros do Conselho Fiscal para o mandato compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2028, nos termos do artigo 17, inciso VI, do Estatuto Social.

A eleição dos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal reafirma o compromisso da ATP com a transparência, a responsabilidade na gestão e o fortalecimento de sua estrutura de governança, assegurando acompanhamento técnico e institucional das atividades administrativas, financeiras e estratégicas da Associação.

CONSELHO FISCAL



CONSELHEIROS
TITULARES



ULISSES OLIVEIRA
Porto Sudeste
Presidente



OSMARI DE CASTILHO
Portonave
Vice-Presidente



LAURO AMORIM
Vale



PEDRO MODENESI
Transpetro



PATRICIA LASCOSQUE
Suzano



MARCELO CARDOZO
VLI



MARCOS DE SANTIS
DP World



MARIANA PESCATORI
Hidroviás do Brasil



MARCO GAMARO
Samarco



CAIO CUNHA
Porto do Açu



RICARDO ARTÉN
Porto Itapóá



GEORGE TAKAHASHI
LDC



NIVEO MALUF
Bunge



PEDRO TEIXEIRA
Ternium



RICARDO TOMCZYK
Amaggi/Hermasa

CONSELHEIROS
SUPLENTE



MARCO PIMENTA
Gerdau



PAULO MARETTE
MRN



MARCOS FRANÇA
Araclarmittal



JORGE HUMBERTO
Coteçijpe



ALEXANDRE BILLOT
Portocel



ANDERSON DA SILVA
Imctame



LUIZ EDUARDO
Alcoa



ALESSANDRO CZARNIESKI
TCPM



DANILO VERAS
APM



SANDRA SILVA
Cargill



VINICIUS MENDES
Usiminas



JOÃO D'OREY
Alemoa



REBECA DO CARMO
Pacém - CIPP



TÉRCIO MÁXIMO
Porto Piauí



DANILO CHAVES
Petrobras



2 Análise Setorial

Terminal Madre de Deus, Transpetro - BA



2.1 Cenário Econômico Brasileiro e Internacional

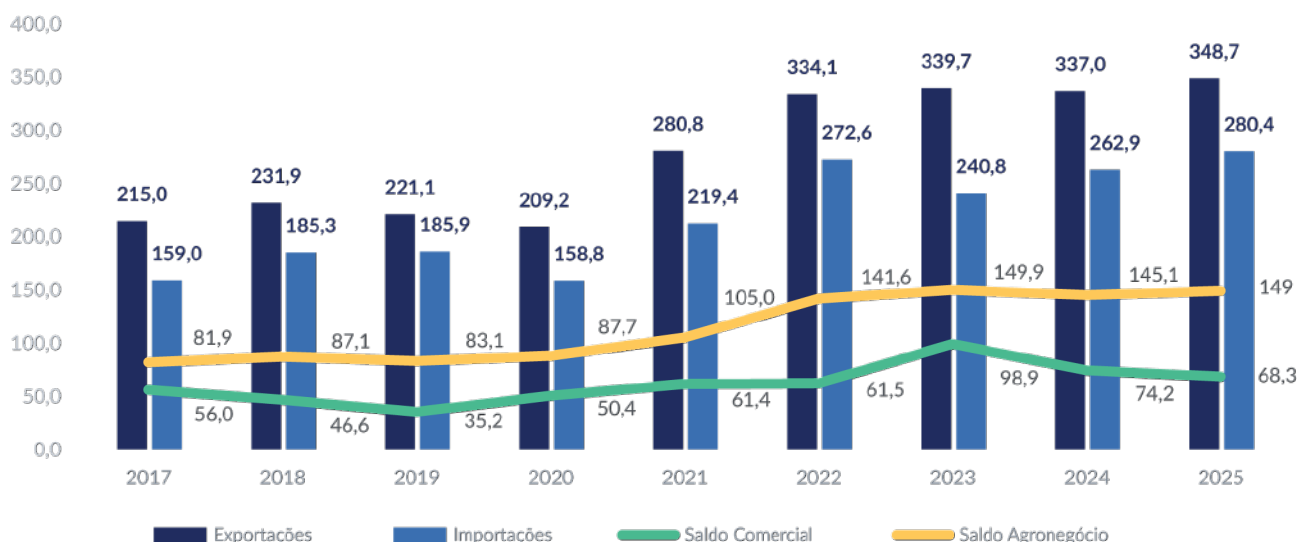
O ano de 2025 foi marcado por diversos acontecimentos que influenciaram fortemente a economia internacional. A imposição de tarifas aplicada pelo governo dos Estados Unidos, a escalada bélica entre Israel e Irã, a guerra entre a Rússia e Ucrânia, e as divergências políticas entre o governo brasileiro e norte americano, estão entre os principais episódios que impactaram o desempenho do comércio externo brasileiro.

No âmbito da política monetária, o Banco Central manteve a taxa de juros elevada como medida para conter as pressões inflacionárias, ficando em torno de 15% durante a maior parte do ano. Além disso, a taxa de câmbio foi potencializada por um contexto internacional marcado pela contínua desvalorização do dólar nos mercados globais.

Tais fatores influenciaram para o segundo ano consecutivo de queda na balança comercial brasileira (diferença entre o total exportado e importado). O superávit registrado em 2025 foi de US\$ 68,2 bilhões em valor FOB (Free On Board), enquanto em 2024 foi de US\$ 74,1 bilhões, uma queda de 7,9%.

O Gráfico 1 apresenta as exportações e importações do Brasil, bem como os saldos da balança comercial e do agronegócio. Os números mostram que o comércio brasileiro segue dependente das exportações de commodities, em especial do agronegócio – cuja balança cresceu 2,7% –, ao mesmo tempo em que permanece pouco competitivo nos mercados de produtos manufaturados e de maior valor agregado.

Gráfico 1 – Evolução das exportações e importações no Brasil (US\$ FOB)



2.1.1 O Comércio por Vias Marítimas

A análise da corrente de comércio brasileira demonstra que a via marítima é a mais expressiva, com participação em 80,1% de todas as transações de 2024, em US\$ FOB. As exportações por via marítima totalizaram US\$ 302,7 bilhões e as importações US\$ 201,2 bilhões. O resultado é um superávit de US\$ 101,5 bilhões.

Os combustíveis minerais, as sementes e frutos oleaginosos, como a soja, e os minérios foram as mercadorias com maior expressividade em termos monetários nas exportações brasileiras por via marítima, conforme apresentado na Figura 1. As três mercadorias juntas possuem participação de 43,7% no total exportado em valor FOB.

Figura 1 – Principais Mercadorias Exportadas – US\$ FOB marítimo



Apesar do aumento significativo da exportação de combustíveis em toneladas (+9,6%), a commodities apresentou uma variação negativa de 10,3% em seu valor médio, em razão da desaceleração da economia chinesa, resultando na queda de 1,7% do valor exportado quando comparado com o ano de 2024.

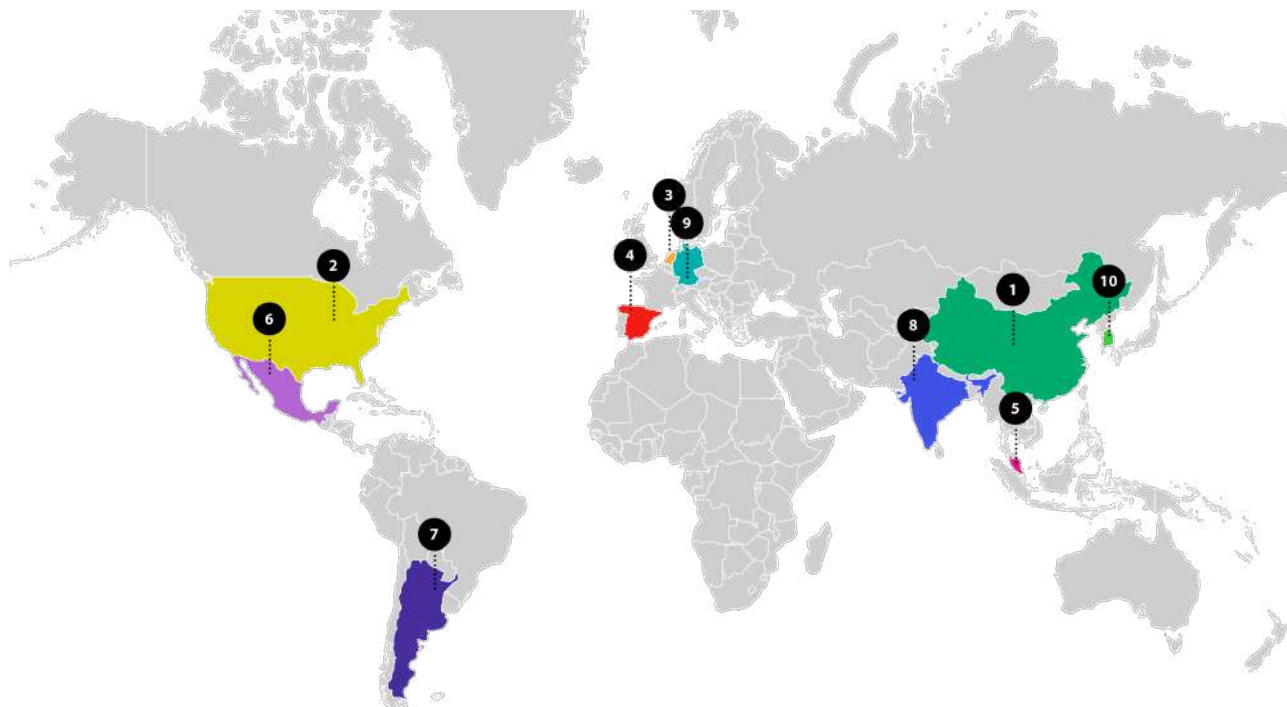
Também é possível notar a queda do valor médio por tonelada em relação às sementes oleaginosas como a soja (-7,1%) e aos minérios, escórias e cinzas (-6,5%). No entanto a alta da quantidade exportada de soja (+9,25%) compensou a queda do valor ocasionada pelas safras recordes na América do Sul e altos estoques mundiais.

As mercadorias em destaque na exportação em FOB durante o ano de 2025 foram a carne e o café, com crescimentos de + 20,98% e 32,63%, respectivamente. Ao longo de 2024 foram observados embarques recordes de café, o que reduziu os estoques da mercadoria em 2025, resultando na elevação dos preços. Já o desempenho nas exportações de carnes foi favorecido pela menor oferta global da mercadoria e pela competitividade dos custos de produção, segundo informações da Cepea/Esalq-USP¹.

¹ Insper – AgroGlobal: Comércio Internacional. Janeiro de 2026.

2.1.2 Principais Destinos das Mercadorias Nacionais

Figura 2 – Principais Destinos das exportações marítimas brasileiras (FOB)



Países	2025 - US\$ FOB	Var
1 China	US\$ 99,7 bi	+6,02%
2 Estados Unidos	US\$ 31,5 bi	-8,80%
3 Países Baixos	US\$ 11,5 bi	+0,62%
4 Espanha	US\$ 8,4 bi	-12,78%
5 Singapura	US\$ 7,3 bi	-4,46%
6 México	US\$ 7,1 bi	-3,84%
7 Argentina	US\$ 6,7 bi	+37,20%
8 Índia	US\$ 6,57 bi	+29,60%
9 Alemanha	US\$ 5,72 bi	+9,85%
10 Coreia do Sul	US\$ 5,43 bi	-0,34%

Fonte: Comex Stat 22/01/2025. Elaboração: ATP.

O mapa traz os principais destinos das mercadorias exportadas pelo Brasil por via marítima, assim como o total exportado em US\$ FOB e o crescimento ou queda em relação ao ano de 2024.

Observa-se uma queda significativa das exportações brasileiras para os Estados Unidos e para a Espanha. No caso dos Estados Unidos, a retração foi impactada principalmente devido a imposição de tarifas aplicada pelo governo Trump, reduzindo a competitividade dos produtos brasileiros no mercado americano. Entre os itens mais afetados destacam-se os combustíveis minerais, como o petróleo, além de ferro e aço.

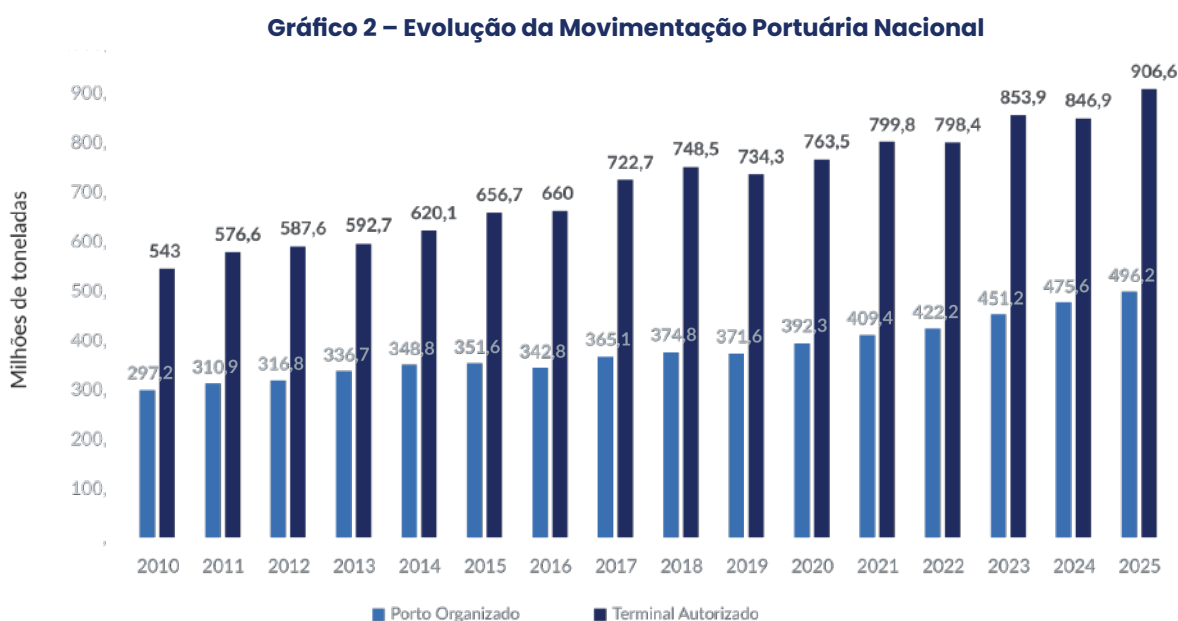
Em relação à Espanha, a variação negativa está associada à desaceleração do setor manufatureiro do país, que nos afetou especialmente as exportações de combustíveis minerais, como o petróleo, e da soja nacional. As relações comerciais por via marítima com a Argentina também apresentaram uma grande variação, fruto do aumento das exportações de veículos, impulsionadas pela recuperação econômica encabeçada pelo governo Milei.

2.2 Análise do Setor Portuário

O ano de 2025 foi marcado pelo crescimento significativo da movimentação portuária nacional. Mais de 1,4 bilhão de toneladas passaram pelos terminais portuários do Brasil, representando um aumento de 6,1% em relação a 2024. Trata-se do terceiro maior crescimento observado desde 2010, ficando atrás apenas dos resultados verificados em 2017 e 2023.

Os terminais autorizados foram a força motriz dessa evolução, atingindo 906,6 milhões de toneladas e um crescimento de 7%. Já os portos organizados movimentaram 496,2 milhões de toneladas, com um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior.

O Gráfico 2 registra a evolução da movimentação portuária por tipo de instalação desde o ano de 2010. Nota-se que os terminais autorizados mantêm sua posição de importância, sendo responsáveis por 64,6% do total movimentado no país ao longo de 2025.



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 25/03/2026

Ressalta-se que, do total movimentado pelos terminais autorizados, 884,1 milhões de toneladas foram movimentadas pelos Terminais de Uso Privado (TUP), que registraram um aumento de 6,8%, e 22,4 milhões de toneladas pelas Estações de Transbordo de Cargas (ETC), que obtiveram um aumento expressivo de 17,5%.

As ETC são instalações portuárias exploradas mediante autorização, utilizadas exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem. Já os TUP, também podem realizar movimentações de carga para a navegação de longo curso.

A Tabela 1 consolida o ranking dos 25 terminais autorizados líderes em movimentação de cargas e a respectiva variação percentual no comparativo 2024–2025. Juntas, essas instalações movimentaram 763,3 Mt, concentrando 54,4% do volume total do sistema portuário nacional. O resultado evidencia a expressiva representatividade das associadas da ATP: 23 das 25 instalações que compõem o ranking integram a entidade.

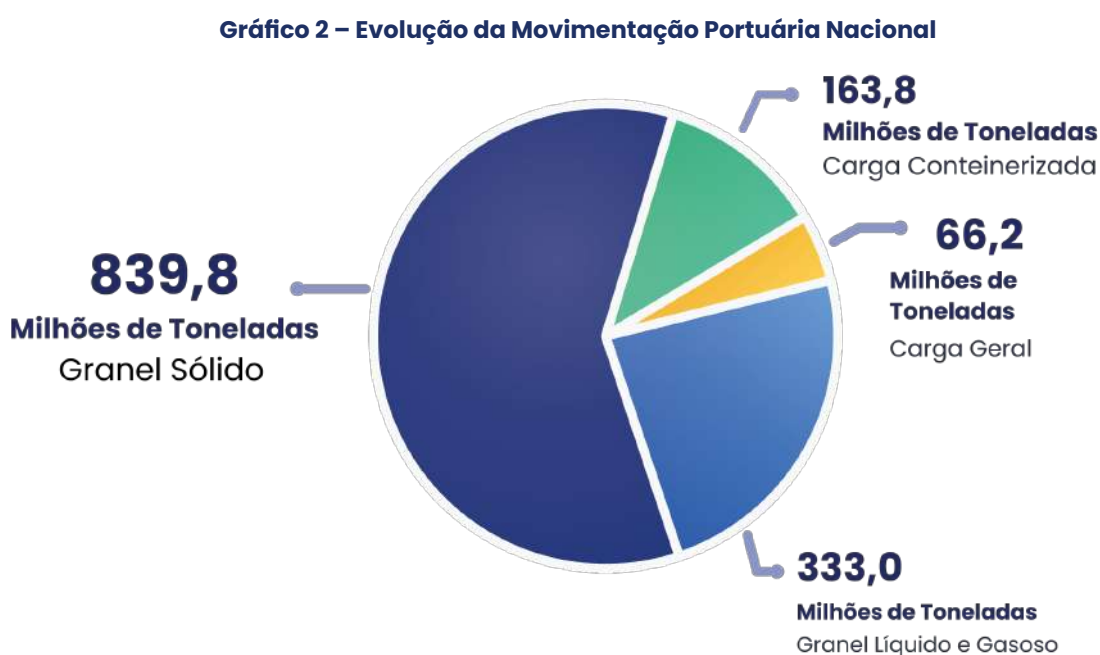
Tabela 1 – TOP 25 maiores movimentações de terminais autorizados

#	Instalação Portuária	Toneladas Movimentadas em 2025	Var%
1	Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Vale	172.389.190	▼ -1,9%
2	Terminal de Tubarão - Vale	87.407.355	▼ -12,9%
3	Terminal Aquaviário de Angra dos Reis - Transpetro	70.423.240	▲ 12,3%
4	Terminal de Petróleo TPET/TOIL - Açú	60.439.367	▲ 20,3%
5	Terminal Aquaviário de São Sebastião - Transpetro	54.053.615	▲ 1,4%
6	Terminal da Ilha Guaíba - TIG - Vale	31.460.695	▼ -2,1%
7	Porto Sudeste do Brasil S/A	30.594.398	▼ 23,8%
8	Porto do Açú - Terminal de Minério	24.240.712	▼ -3,1%
9	Terminal Portuário do Pecém	20.515.856	▲ 7,7%
10	Terminal Aquaviário de Madre de Deus - Transpetro	20.159.705	▼ -3,1%
11	Terminal Marítimo Ponta Ubu - Samarco	16.517.579	▲ 68,0%
12	DP World Santos	16.468.989	▲ 7,0%
13	Porto Itapoá Terminais Portuários	16.158.507	▲ 18,8%
14	Terminal Aquaviário da Ilha D'Água - Transpetro	15.904.665	▲ 0,7%
15	Terminal Portuário Privativo do Alumar	14.545.153	▲ 1,9%
16	Terminal Integrador Port. Luiz Antonio Mesquita - TIPLAM - VLI	14.260.229	▲ 5,8%
17	Terminal Vila do Conde - HBSA	13.158.517	▲ 14,2%
18	Terminal Trombetas - MRN	12.684.231	▼ -2,8%
19	Terminal Graneleiro Hermaspa	12.185.491	▲ 29,9%
20	Terminal Aquaviário de Osório - Transpetro	10.706.478	▼ -8,3%
21	Portonave - Terminais Portuários de Navegantes	10.494.395	▼ -17,6%
22	Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul - Transpetro	10.261.273	▲ 6,9%
23	Terminal de Praia Mole - Vale	10.162.970	▼ -2,1%
24	Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena - Unitapajós	9.787.072	▲ 25,0%
25	Porto Chibatão	8.394.341	▲ 23,2%

Entre os destaques na Tabela 1, estão: o Terminal Marítimo Ponta Ubu, da Samarco, que apresentou o maior crescimento percentual entre os listados (+68%), o Porto Chibatão, que não estava entre as 25 maiores movimentações em 2024, mas passou a compor a lista em 2025, e o terminal da Hermasa (Amaggi) que saiu da 23ª posição para a 19ª.

2.2.1 Análise por Perfil de Carga

O mercado portuário brasileiro se caracteriza pela preponderância da movimentação de granéis sólidos (como minério, soja e milho) e granéis líquidos (como combustíveis). Juntos, esses perfis de carga são responsáveis por 82,3% da movimentação portuária nacional.



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 25/03/2026

Ao longo dos anos, observa-se crescimento gradual das mercadorias containerizadas. Em 2010, a movimentação de contêineres representava 8,8% do comércio portuário em toneladas. Atualmente, a movimentação de contêiner já corresponde a 11,6% do total movimentado.

Esse avanço na participação dos contêineres no comércio portuário também se reflete nos dados mais recentes de 2025. A carga containerizada foi o perfil com maior crescimento (+6,7%), seguido pelo granel sólido (+6,3%), granel líquido e gasoso (+6,1%) e carga geral (+1,3%).

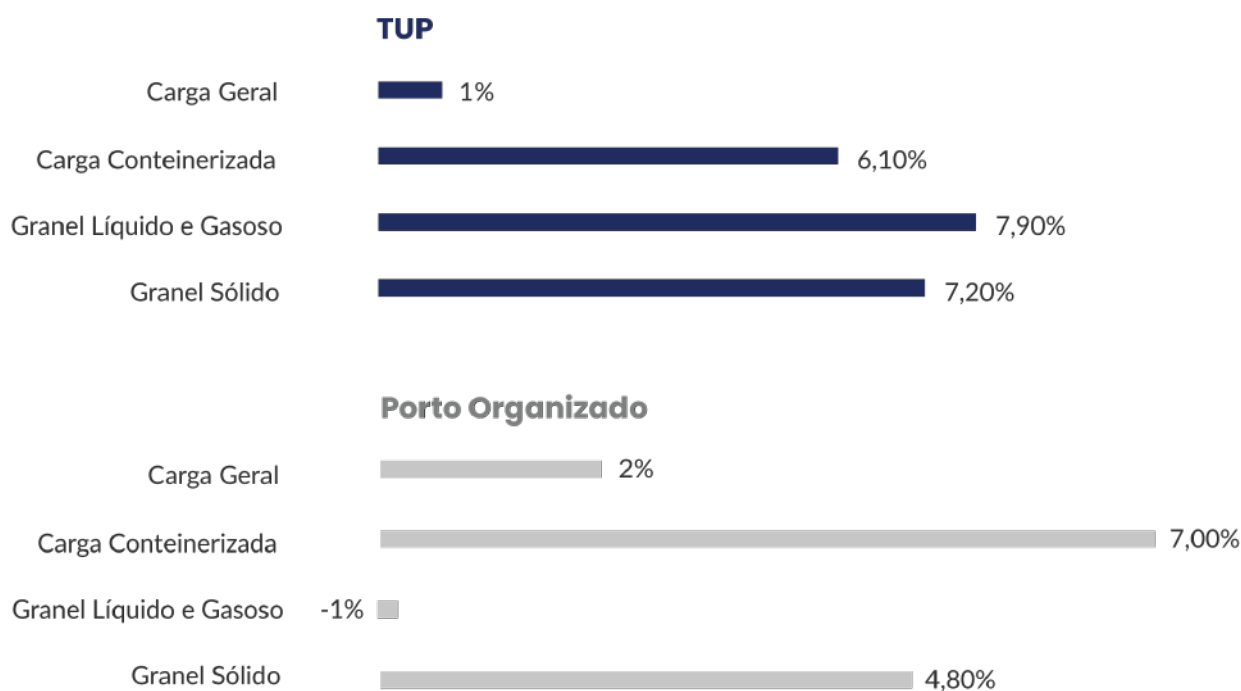
O transporte de contêiner cresceu tanto para a navegação por longo curso (+7,2%) quanto para a navegação por cabotagem (+6,2%), sendo os compostos produtos plásticos, como polímeros de etileno, os produtos mais movimentados por contêiner, atingindo 14,5 milhões de toneladas.

Em relação aos graneis sólidos as mercadorias destaques² em crescimento foram: soja (+14%), fertilizantes (+10,4%) e milho (9,9%). O minério de ferro, que hoje representa 50,7% do total movimentado em granel sólido, também obteve um aumento expressivo de 6,6%.

No que concerne ao granel líquido e gasoso, o gás de petróleo foi a mercadoria de maior relevo (+11,7%), seguido do Petróleo de Óleo Bruto (+9%) e o Petróleo sem Óleo Bruto (+3,5%). Já entre as cargas gerais, as cargas de apoio portuário (+58,6%) e as pastas de celulose (+7,1%) apresentaram o maior aumento percentual.

Os gráficos 4 e 5 trazem o crescimento por perfil de carga de acordo com o tipo de instalação. Nota-se que tanto os terminais de uso privado obtiveram crescimento em todos os perfis de carga, exceto carga geral, que se manteve estável. Já os portos organizados apresentaram uma leve queda na movimentação de granel líquido e gasoso, e crescimento nos demais perfis.

Gráfico 4 e 5 - Crescimento por perfil de carga e tipo de instalação



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 02/03/2026

² Para os destaques foram consideradas apenas as mercadorias que possuem sozinhas 1% ou mais de participação no total movimentado pelo perfil.

2.2.2 Análise Regional

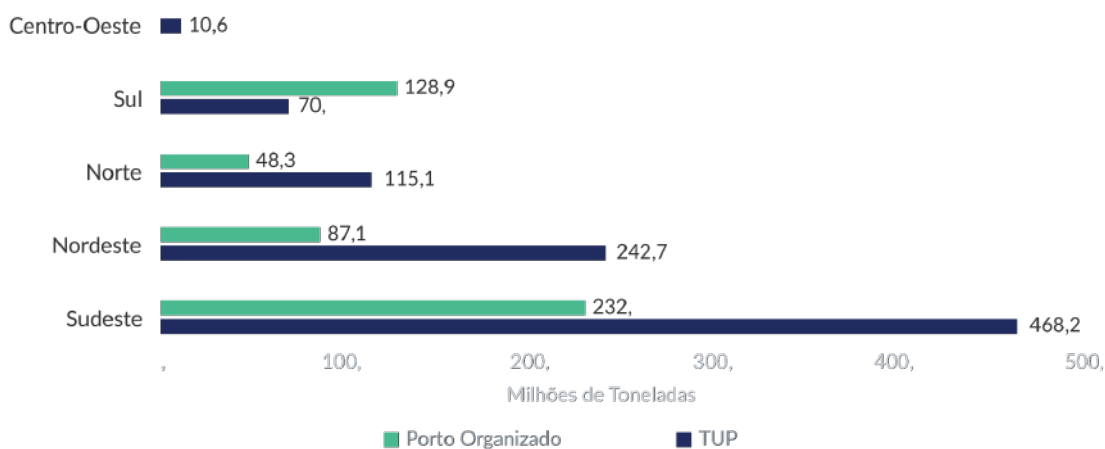
Ao longo do ano de 2025, observou-se o aumento da movimentação de cargas em quatro regiões: Centro-Oeste (+147,3%), Norte (+10,4%), Sudeste (+7,6%) e Sul (+5,0%). Já a movimentação da região Nordeste ficou basicamente estável, com uma leve redução de 0,1%.

Inicialmente, é fundamental compreender o que explica o crescimento superior a 100% registrado na região Centro-Oeste. Esse resultado reflete, sobretudo, a recuperação da movimentação de cargas após a forte retração observada em 2024, provocada pela seca que afetou o rio Paraguai e comprometeu significativamente a navegação na região.

Já o crescimento observado na região Norte foi puxado principalmente pelos terminais autorizados, que obtiveram um crescimento de 12,4%, frente aos dos portos organizados que apresentaram um aumento de 5,9%. Situação semelhante ocorreu na região Sudeste, onde os TUP apresentaram um crescimento de 9,9% e os portos organizados 3,1%.

O Gráfico 6 indica as movimentações por região e tipo de instalação entre Portos Organizados e TUP. Cumpre destacar que, com exceção da região Sul, os TUP vêm movimentando mais cargas em todas as regiões.

Gráfico 6 - Movimentação por região e tipo de instalação



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 27/03/2026

A Tabela 2 traz a quantidade, por região, de terminais que movimentaram cargas durante o ano de 2025. Cumpre ressaltar que, atualmente, existem 287 terminais autorizados, dos quais 221 são operacionais, e outros estão em obras. Frisa-se, também, que nem todos os terminais operacionais apresentaram movimentação no estatístico aquaviário da ANTAQ, uma vez que alguns deles movimentam de acordo com sazonalidade específica da carga, e outros são estaleiros, não informando movimentação no anuário da Agência.

Tabela 2 – Quantidade de terminais operacionais por região

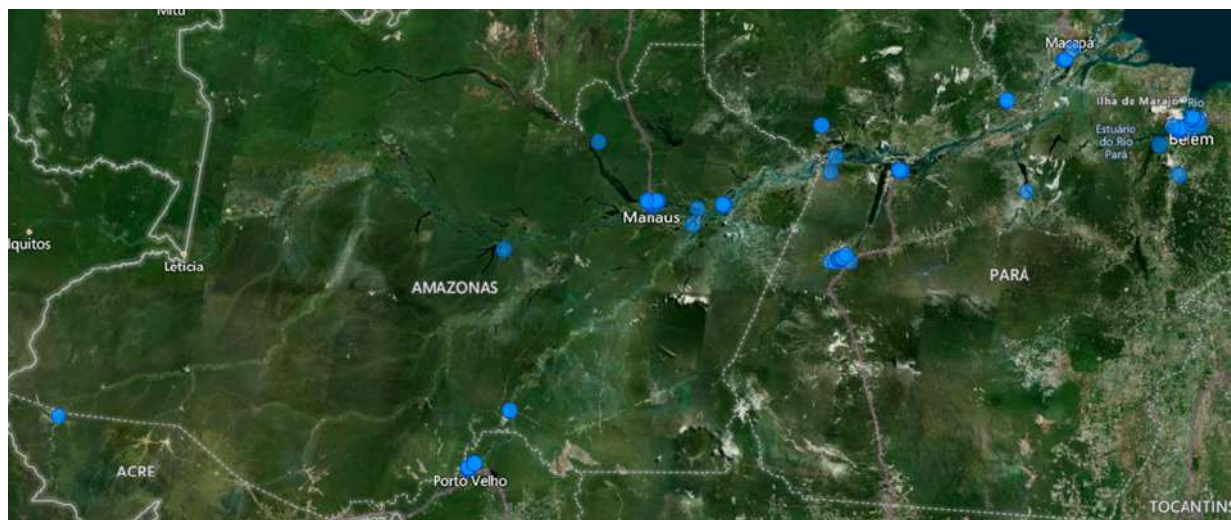
Região	TUP	Porto Organizado
Sudeste	44	7
Nordeste	19	11
Norte	74	5
Sul	24	8
Centro-Oeste	5	0

Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 02/03/2026

2.2.2.1 Arco-Amazonico e Barra Norte

A região do Arco Amazônico, onde se encontram os terminais portuários localizados ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, incluindo os terminais da Baía de Marajó, vem ganhando cada vez mais destaque na movimentação de mercadorias e é um dos principais pontos de escoamento de grãos no país.

Ao longo de 2025, os terminais portuários movimentaram 95,6 milhões de toneladas pelo Arco Amazônico, por longo curso e cabotagem. Nota-se um crescimento de 8,8% da movimentação da região, com destaque para os terminais autorizados, que são responsáveis por 64,3% do total movimentado. A Figura 3 traz o mapa com os portos públicos e terminais autorizados a movimentar na região.

Figura 3 - Mapa dos terminais da região do Arco Amazônico

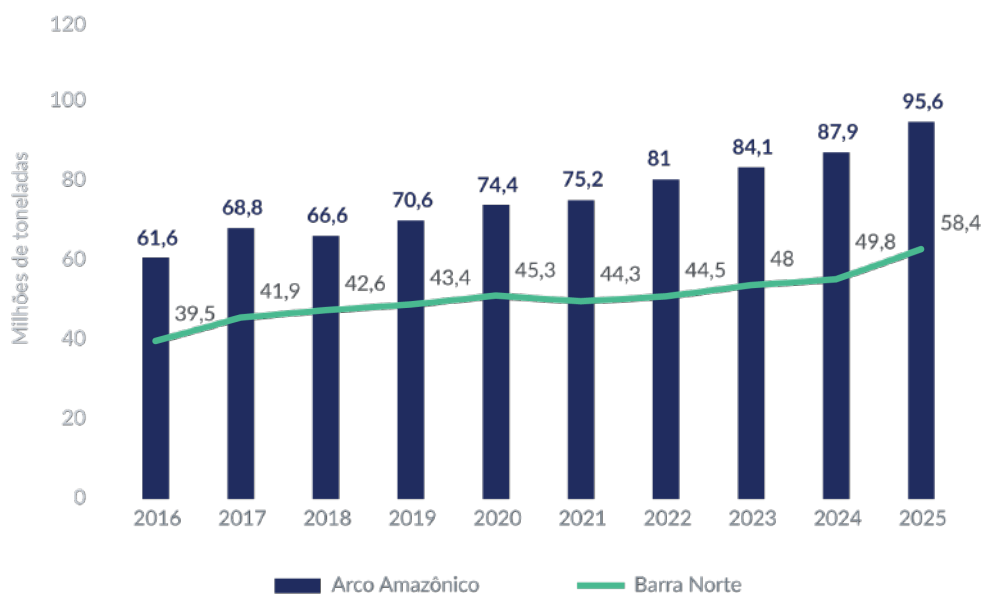
Fonte: Dados da ATP

Outro recorte regional importante é o da Barra Norte, que contempla os terminais que se encontram ao longo das margens do rio Amazonas e seus afluentes. Cumpre ressaltar que, neste Relatório, os terminais localizados na Baía de Marajó não são considerados pertencentes à Barra Norte.

Ao longo de 2025, foram movimentadas 58,4 milhões de toneladas pela Barra Norte (considerando longo curso e cabotagem). A região teve alta de 17,3% em sua movimentação, sendo os TUP responsáveis por 78% desse total.

O gráfico 7 apresenta a evolução da movimentação na região do Arco-Amazonico e da Barra Norte³ ao longo dos anos. Os dados mostram a crescente importância da região Norte no contexto de escoamento das cargas nacionais.

Gráfico 7 - Evolução da movimentação da Barra Norte e Arco-Amazonico



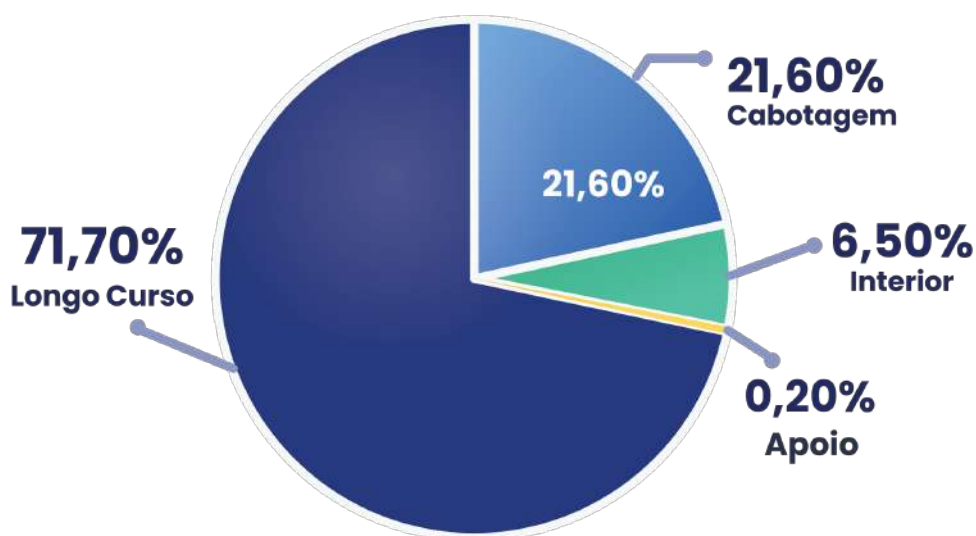
Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ, Data 27/03/2026

2.2.3 Navegação

A movimentação portuária pode ser feita basicamente por três tipos de navegações: longo curso, cabotagem e interior. O gráfico 8 apresenta a participação dos tipos de navegação, considerando o total de movimentação portuária destinada a cada um.

³A análise da movimentação no Arco-Amazonico e na Barra Norte desconsidera a navegação interior para evitar a dupla contagem da mesma carga, pois, por exemplo, a soja que sai de Miritituba por barcaças até Barcarena e depois segue para exportação em navios de longo curso seria contabilizada duas vezes se ambas as etapas fossem incluídas, distorcendo os dados de passagem efetiva de carga pela região.

Gráfico 8 – Participação por tipo de navegação



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 10/03/2026

Observa-se que os três tipos de navegação apresentaram alta ao longo de 2025. A navegação interior foi a que apresentou o maior crescimento (+19,9%). A alta se deu não só pela recuperação da movimentação na região Centro-Oeste, após um ano anterior de seca severa, mas também pelo aumento da movimentação dos terminais no Rio Grande do Sul e do Pará. O Terminal da Bunge Alimentos, em Rio Grande (+252,5%) e os dois terminais da ATEM's, um localizado em Belém (+217,6%) e outro em Miritituba (+209,7%) foram os destaques¹ em movimentação para a navegação interior.

A movimentação portuária para a navegação por longo curso também teve alta, alcançando 5,9%. Entre os terminais líderes em crescimento² na realização dessa operação estão: o Porto de Itajaí (+221,9%), o Terminal Marítimo de Ponta do Ubu, da Samarco (+72,3%) e o Terminal Portuário Novo Remanso (53,3%).

A navegação por cabotagem foi a que apresentou o menor crescimento (+3,3%). No contexto da publicação da nova regulamentação da BR do Mar, em julho de 2025, é interessante observar se a movimentação para a cabotagem será de fato estimulada nos próximos anos. Vale ressaltar o aumento na movimentação de carga geral (8,6%) e contêiner (6,2%) para esse tipo de navegação.

¹ Linha de corte de pelo menos 100 mil toneladas movimentadas. Não foram considerados os terminais do Centro-Oeste em decorrência da seca do ano anterior.

² Linha de corte de pelo menos 1 milhão de toneladas movimentadas.

2.2.4 Sentido da Carga

A movimentação de cargas nos terminais portuários brasileiros caracteriza-se pela predominância de cargas embarcadas, que correspondem a 67,5% do total, enquanto a desembarque representa 32,5%.

Entre as cargas desembarcadas, destaca-se que uma parcela significativa (49%) é proveniente da navegação de cabotagem, ou seja, refere-se a fluxos com origem e destino em portos nacionais. Isso indica que uma parte expressiva das operações de desembarque não está associada ao comércio internacional, mas sim à circulação interna de mercadorias.

Esse cenário reflete a forma como o Brasil se insere no comércio marítimo internacional, marcada pela forte especialização na exportação de commodities e pela dependência de embarcações operadas por armadores estrangeiros. Nesse contexto, os portos brasileiros atuam predominantemente como pontos de escoamento da produção nacional.

Além disso, a estrutura das rotas marítimas globais, aliada à limitada atuação dos portos brasileiros como hubs de redistribuição de cargas, contribui para que uma parcela relativamente menor de cargas internacionais tenha o país como destino.

2.2.5 Indicadores de Eficiência

Os portos são pontos estratégicos da cadeia logística. As demandas do mercado mundial e as exigências de seus clientes reforçam a necessidade de movimentação de cargas de modo econômico e eficiente, diminuindo os gargalos operacionais. Dessa forma, são necessários indicadores que ajudem a analisar a evolução dessa eficiência.

Este Relatório traz a análise do número de atracações e da prancha média dos terminais. O número de atracações permite avaliar o trânsito de navios pelos terminais portuários. Todavia, vale ressaltar que um terminal pode, por exemplo, aumentar a sua capacidade para receber navios maiores e diminuir a necessidade de atracações (a movimentação de cargas feita para dois navios passa a ser feita para apenas um maior, por exemplo).

Ao longo de 2025, foram contabilizadas 94.112 atracações em terminais portuários – aumento de 12,4% em relação a 2024. O aumento do número de atracações ocorre, em especial, para cargas que fizeram cabotagem (+26,6%) e navegação interior (+12,2%), mas também pode ser observado na navegação para longo curso (+3,7%), conforme a Tabela 3.

Tabela 3- Atracações e Movimentação por tipo de navegação

	Atracações			Movimentação		
	2024	2025	Variação	2024	2025	Variação
Longo Curso	21.769	22.581	3,7%	949.659.132	1.006.069.235	5,9%
Cabotagem	16.161	20.451	26,6%	293.853.632	303.597.618	3,3%
Interior	43.519	48.845	12,2%	76.258.395	91.420.344	19,9%
Apoio	7.448	7.859	5,5%	2.704.515	1.714.489	-36,6%

Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ, Data 10/03/2026

Nota-se que apesar do número de atracções para a cabotagem ter crescido significativamente, isso não se refletiu na quantidade movimentada em toneladas. Esse cenário foi originado devido ao aumento da movimentação de carga geral, mais especificamente da carga de apoio, para a navegação de cabotagem. Esse tipo de carga, não possui um valor alto de massa (toneladas), explicando o porquê não se observou aumento significativo no total movimentado.

Ressalta-se, que em geral, mercadorias com alto valor agregado não apresentam grande representatividade em termos de tonelagem movimentada nos terminais. Dessa forma, a avaliação do aumento do número de atracções é sempre primordial para análise desse perfil de cargas.

A Tabela 4 mostra o ranking da produtividade média por carga (prancha média geral), ou seja, quantas toneladas por hora (ou unidades por hora) o terminal é capaz de movimentar, considerando o início da contagem do tempo no momento da atracção. A prancha média geral é um bom indicador para se avaliar a eficiência na operação de um terminal. No entanto, é necessário pontuar que diversos fatores podem afetar a prancha de um terminal ao longo do ano, como, por exemplo, períodos de chuva, em que a operação precisa ser descontinuada.

Tabela 4- Ranking de produtividade dos terminais

Contêiner		Minério	
Nome da Instalação	Unid/Hora	Nome da Instalação	Ton/Hora
Portonave	87,21	Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (Vale)	5.796,33
Santos Brasil	52,65	CSN Mineração - Itaguaí	5.306,61
Porto Itapoá	52,34	Terminal de Tubarão (Vale)	4.741,56
Santos - BTP	50,94	Porto do Açú - Terminal de Minério	3.731,09
Terminal Portuário de Pecém	49,12	Terminal Marítimo de Ponta do Ubu	3.167,86

Granel Líquido		Pastas de Madeira - Longo Curso	
Nome da Instalação	Ton/Hora	Nome da Instalação	Ton/Hora
Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul	4.442,91	DP World Santos	461,64
Terminal Aquaviário de Angra dos Reis	3.045,24	Portocel	452,58
Terminal de Petróleo - TPET/TOIL - Açú	2.908,18	Itaqui (berço público)	427,67
Terminal Aquaviário de Osório	2.509,78	Paranaguá (cais público)	407,82
Terminal Aquaviário de São Sebastião	2.065,69	Porto de Santos - Cais do Macuco	398,22

Soja - Longo Curso		Soja - Interior	
Nome da Instalação	Ton/Hora	Nome da Instalação	Ton/Hora
Porto de Santos - TGG	1.358,28	Terminal de Expedição de Grãos Portochuelo	926,70
Terminal Bianchini	1.265,35	Estação Cuiubizinho	752,12
Porto de Santos - Cais da Ponta da Praia	1.134,38	Terminal Portuário de Novo Remanso	729,66
Paranaguá - Corredor de Exp. Leste	1.088,58	ETC Miritituba - Navegações Unidades Tapajós	669,53
Porto de Itaqui - Berço público	1.074,45	Hidroviás do Brasil Miritituba	524,09

Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data: 27/03/2026.

Alguns terminais merecem destaque pela evolução da prancha média geral ao longo de 2024. Entre os terminais de contêiner, o Terminal Portuário de Pecém passou a integrar a lista das 5 instalações com melhores pranchas média, e a Portonave manteve a liderança em produtividade entre as instalações que movimentam o perfil.

Já entre os terminais especializados em minério, a novidade é a inclusão do terminal de Ponta do Ubu, da Samarco, na lista de maiores pranchas. O terminal apresentou um crescimento de 13,8%, em relação ao ano de 2024.

A avaliação da prancha média dos terminais que movimentaram celulose mostra que a DP World Santos assumiu a liderança, seguida do Terminal da Portocel, em Barra do Riacho. Durante o ano anterior, essas instalações ocupavam a 2ª e 3ª posição, respectivamente.

Por fim, vale a pena destacar a evolução do Terminal de Expedição de Grãos Portochuelo, da Amaggi, que obteve um crescimento de 7,7 % em sua produtividade, saindo da 4ª posição para a 1ª.

2.2.6 Responsabilidade Socioambiental

Por meio da Resolução nº 2.650/2012, a ANTAQ desenvolveu o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), indicador aplicado ao setor portuário, que avalia quatro categorias: econômico-operacional, sociológico-cultural, físico-químico e biológico-ecológico. As avaliações do IDA normalmente são liberadas pela ANTAQ seis meses após a conclusão do exercício. Dessa forma, a análise feita tem como base o exercício de 2024.

Entretanto, antes de qualquer avaliação, cabe ressaltar que a metodologia do IDA para os TUP segue uma abordagem distinta daquela aplicada às autoridades portuárias dos portos organizados, com questionários diferentes para cada um.

Os instrumentos de avaliação aplicados às autoridades portuárias contemplam aspectos que refletem sua função de gestão e fiscalização sobre áreas arrendadas dentro do porto organizado. Assim, o questionário direcionado às autoridades portuárias inclui, por exemplo, a verificação do controle do desempenho ambiental dos arrendatários, o acompanhamento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) dessas áreas, bem como a análise das certificações ambientais dos operadores arrendados.

Por outro lado, essa lógica não se aplica aos Terminais de Uso Privado (TUP), que operam sob regime distinto. Nesses casos, o terminal é responsável direto por suas operações e pela gestão ambiental de toda a área, o que torna inadequada a aplicação de critérios relacionados à fiscalização de terceiros.

No exercício de 2024, 111 TUP responderam à pesquisa. Juntos, esses terminais apresentaram uma média de 63,9 pontos, valor 12,03% superior ao registrado em 2023. Já os associados da ATP apresentaram uma nota média de 75,15 pontos, resultado que evidencia o empenho, a dedicação e a qualidade do trabalho desenvolvido na busca por melhoria contínua da gestão ambiental.

Já no caso dos portos organizados, 31 autoridades portuárias participaram do levantamento. A nota média dos terminais organizados foi de 78,3 pontos, valor 3,32% superior ao exercício anterior.

Tabela 5- Maiores notas e evoluções do IDA nos TUP

Terminal (Maiores Notas)	Nota	Terminal (Maiores Evoluções)	Var %
1º Porto do Açu – Terminal de Minério	99,88	1º Terminal Distribuidora Equador Manaus	+126,03%
2º Porto Itapoá Terminais Portuários	99,88	2º Terminal Aquaviário de Osório	+113,64%
3º Portonave – Terminais Portuários	99,88	3º Terminal Aquaviário de Manaus	+87,23%
4º Terminal Marítimo Ponta da Madeira	99,88	4º Terminal de Barcaças Oceânicas	+86,39%
5º Porto do Açu – Terminal TMULT/TCAR	99,87	5º Yara Brasil Fertilizantes	+70,84%

Fonte: Painel IDA/ANTAQ. Data: 10/03/2025.

2.2.7 Investimentos no Setor

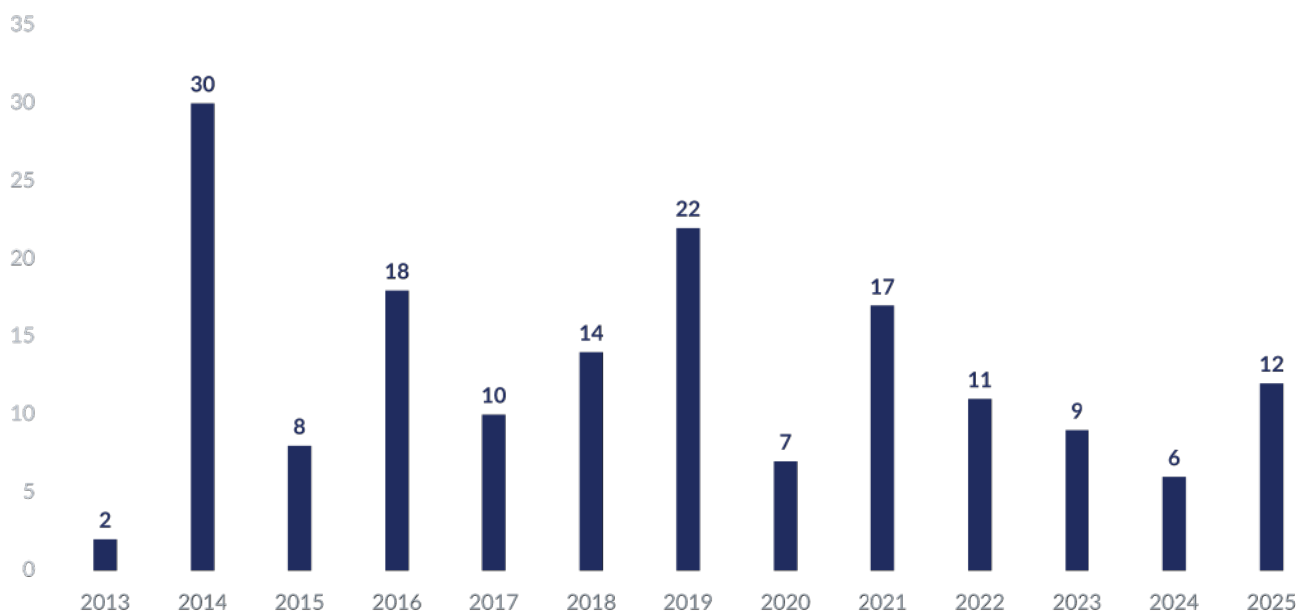
No decorrer do exercício de 2025, foram celebradas 12 (doze) assinaturas de contratos de adesão, referentes à autorização para exploração de instalações portuárias. Essas celebrações contratuais representaram um incremento estimado de R\$ 9,5 bilhões na carteira de investimentos do setor portuário privado, evidenciando a ampliação da capacidade logística e o fortalecimento da infraestrutura portuária nacional.

Sob a perspectiva regional, a Região Norte destacou-se com a maior concentração de novas autorizações, totalizando 5 (cinco) terminais, sendo 3 (três) localizados no Estado do Pará e 2 (dois) no Estado do Amazonas. Na sequência, foram autorizados 2 (dois) terminais nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, enquanto a Região Nordeste contou com a autorização de 1 (um) terminal.

No que se refere ao volume de investimentos, merecem destaque: o empreendimento Complexo Portuário do Maranhão S/A, com investimento estimado em R\$ 3,6 bilhões; o Terminal Agro Cangaia, localizado em Barcarena/PA, com investimento previsto de R\$ 2,3 bilhões; e o Terminal da Transbrasa Transitária Brasileira Ltda., situado em Santos/SP, com investimento aproximado de R\$ 1,2 bilhão.

O Gráfico 9 apresenta a evolução das assinaturas de contratos de adesão ao longo dos anos.

Gráfico 9 – Quantidade de contratos de adesão assinados por ano



Atualmente, o setor portuário privado possui 287 terminais autorizados, sendo 232 TUP, 47 ETC e 6 IPTur. Juntos, esses terminais possuem uma carteira de investimentos autorizados de R\$ 133,4 bilhões.

Destaca-se que esse montante considera apenas os investimentos associados a autorizações outorgadas após a promulgação da Lei nº 12.815/2013 – marco regulatório que

reestruturou o setor portuário brasileiro —, não contemplando, portanto, os investimentos realizados por terminais autorizados anteriormente a esse período, tendo em vista que, à época, a ANTAQ não exigia a apresentação sistemática de informações sobre investimentos previstos. Adicionalmente, não estão incluídas nesse total as ampliações de capacidade inferiores a 25%, que não demandam novos anúncios públicos para o aumento da capacidade. Nesse contexto, estima-se que a carteira efetiva de investimentos do setor seja substancialmente superior ao valor atualmente registrado.

2.3 Perspectivas para 2026

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) a expectativa de crescimento global para o ano de 2026 é de 3,1%, sendo 1,9% para o Brasil. O baixo crescimento esperado para o Brasil é reflexo da expectativa de inflação, estimada em 4%, que deve manter os juros em alta.

No que concerne a produção das principais commodities comercializadas nacionalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), prevê uma redução da safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas, em aproximadamente 1,8%, chegando a 339,8 milhões de toneladas.

Em relação ao minério de ferro, as expectativas, segundo a Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG), indicam redução do preço médio de mercado em aproximadamente 7%. No que se refere aos combustíveis minerais, como o petróleo, espera-se crescimento da oferta global, com expansão da demanda em 930 mil barris/dia, segunda a Agência Internacional de Energia. A produção brasileira tende a seguir a expectativa mundial de aumento.

2.4 Estatísticas da ATP

Estatísticas da ATP



39
empresas
associadas



74
instalações
portuárias

830.493.141,3
toneladas movimentadas

91,6%
da movimentação
dos TUPs



59,2%
da movimentação
nacional

203.813 TEUS
em capacidade estática

2.5 Cenário Político

O panorama político brasileiro em 2025 foi marcado por um persistente estado de incerteza, definido menos pela consolidação de avanços e mais pela dificuldade de entrega de resultados práticos por parte das instituições.

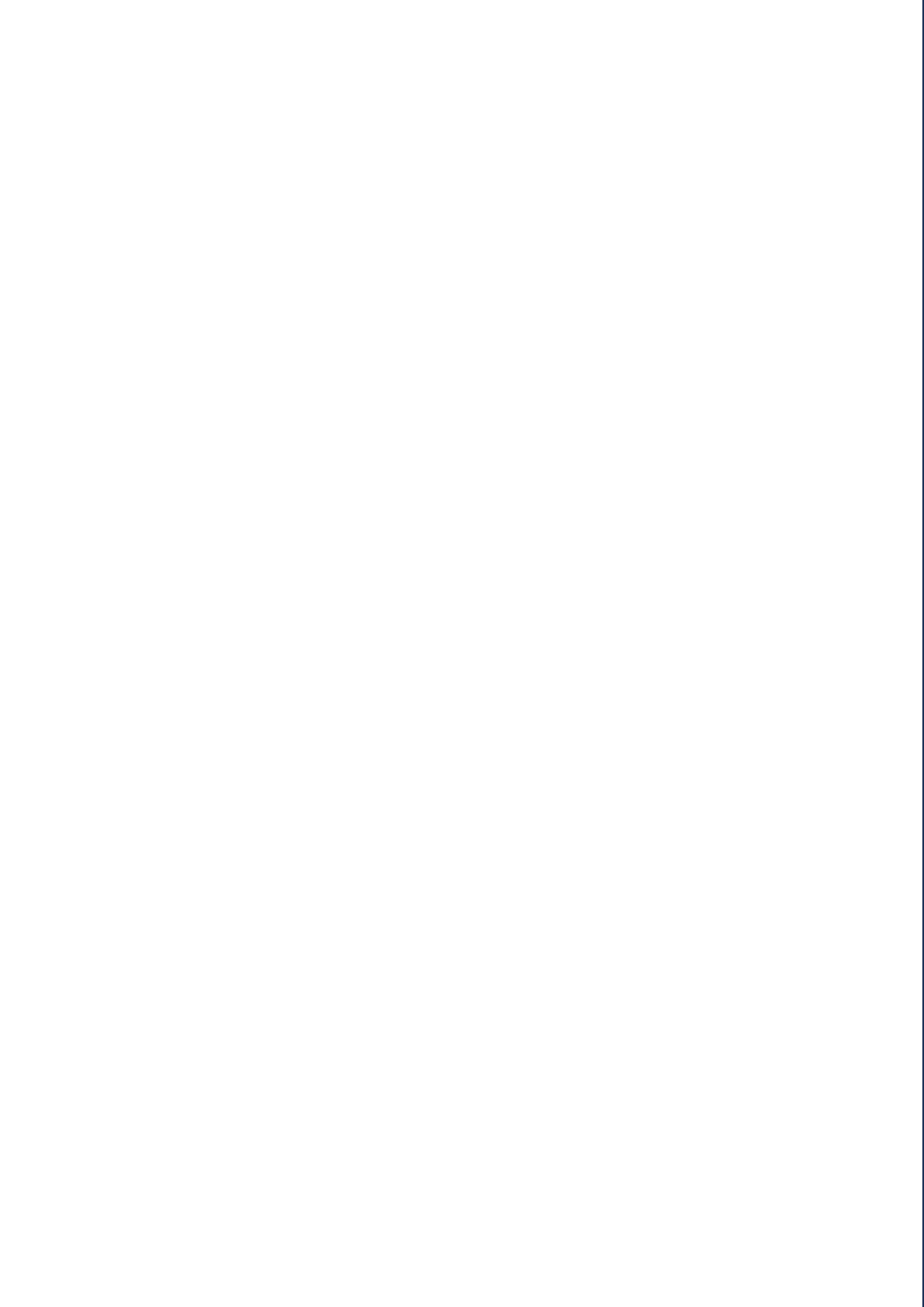
Ao longo do último ano, o Poder Executivo enfrentou obstáculos severos na execução de sua agenda resultando em limitações na implementação de políticas públicas estruturantes. Esse cenário foi agravado por uma conjuntura externa desfavorável, onde a volatilidade dos mercados globais e as novas diretrizes das potências econômicas expuseram a falta de um planejamento estratégico interno resiliente.

O Poder Legislativo, por sua vez, operou em um ambiente de fragmentação, onde a sucessão de suas presidências e a disputa pelo controle orçamentário – simbolizada pela persistente indefinição quanto às emendas individuais (“Emendas PIX”) sobrepuaram-se, por vezes, ao debate legislativo de longo prazo. O impasse na regulamentação de reformas essenciais reflete não apenas a complexidade dos interesses em jogo, mas também a dificuldade de articulação política entre o Executivo e o Congresso.

No âmbito das relações institucionais, observou-se constante necessidade de mediação judicial em questões que, em tese, deveriam ser resolvidas na arena política. Embora justificadas sob a ótica da preservação constitucional, tais incursões provocaram um tensionamento na separação dos poderes, gerando críticas sobre a judicialização excessiva da administração pública e a conseqüente redução da margem de manobra dos representantes eleitos.

Essa combinação de inércia administrativa e instabilidade regulatória reverbera de forma particularmente crítica sobre setores estratégicos da infraestrutura nacional. Para o setor portuário privado, o cenário de 2025 traduziu-se em um ambiente de cautela, somada às decisões judiciais que frequentemente alteram interpretações sobre contratos e marcos regulatórios, tem imposto um “custo de incerteza” que inibe investimentos de longo prazo.

Tal conjuntura, em momento que o comércio global exige maior agilidade e modernização tecnológica, impôs desafios à competitividade dos Terminais Portuários Privados em decorrência de um ordenamento jurídico instável e da incerteza quanto às garantias necessárias para a expansão da capacidade logística do país.



3 Atividades Internas



3.1 Frentes de Trabalho

3.1.1 Regulação e Políticas Públicas

Cobrança do espelho d'água pela Secretaria de Patrimônio da União

A ATP atua nas esferas Executiva, Legislativa e Judiciária com o objetivo de obter o reconhecimento da incompetência da SPU para regulamentar a cobrança sobre áreas aquáticas vinculadas à atividade portuária, bem como a consequente declaração de nulidade e o afastamento da aplicação da Portaria nº 7.145/2018.

Contratação de Trabalhadores nos TUP

A ATP defende que seja assegurada aos titulares de instalações portuárias exploradas em regime de autorização a faculdade de contratação de trabalhadores por prazo indeterminado, em consonância com a natureza jurídica dos Terminais de Uso Privado (TUP). Tal entendimento visa conferir maior segurança jurídica e flexibilidade operacional, reconhecendo as especificidades do modelo privado e afastando a aplicação automática de regimes concebidos para o porto organizado.

Adicional de Risco Portuário

A Associação também sustenta que o adicional de risco portuário, previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/1965, não deve ser estendido aos trabalhadores que atuam em TUP, tendo em vista que esse adicional está historicamente vinculado às condições e ao regime jurídico próprios do porto organizado. A extensão indiscriminada dessa obrigação aos terminais privados implicaria distorções regulatórias e aumento indevido de custos, sem respaldo na lógica do modelo de exploração por autorização.

Concessões em Cias. Docas

Embora a última concessão de Companhia Docas tenha ocorrido em 2022, o tema ainda está presente nas frentes de trabalho da ATP, não só no intuito de acompanhar eventuais impactos aos terminais autorizados, como também futuras concessões que possam impactar os terminais localizados em sua hinterlândia.

Integração em Políticas e Programas Nacionais

A entidade atua na promoção de políticas e programas nacionais e setoriais focando na integração dos terminais autorizados. Ao longo de 2025 a entidade colaborou no desenvolvimento da política de sustentabilidade e na política de inovação, além de auxiliar na inclusão de alguns projetos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Alteração do marco regulatório instituído pela Lei nº 12.815/13

A ATP mantém atuação estratégica e contínua no acompanhamento e na contribuição de

iniciativas legislativas que propõem mudanças na Lei nº 12.815/2013 e na Lei nº 10.233/2001, com destaque para o debate do PL nº 733/2025.

Reforma do Marco Infralegal

Iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), denominada “Navegue Simples”, voltada à desburocratização e à simplificação regulatória. A atuação da ATP junto ao programa foca em facilitar procedimentos de licenciamento ambiental, apoiar a criação de políticas de incentivo à inovação, elaborar um diagnóstico e identificar os gargalos no setor de seguros e a buscar soluções voltadas a adaptação do setor às mudanças climáticas. Também são realizadas análises dos impactos regulatórios para os terminais privados, com atenção aos processos de autorização e ampliação de área e capacidade no âmbito da ANTAQ, bem como à busca por maior celeridade nos procedimentos de emissão de certidões de disponibilidade de área e na celebração de contratos junto à SPU.

Agenda Regulatória da ANTAQ

A ATP realiza o acompanhamento de forma contínua e estruturada a Agenda Regulatória da ANTAQ, realizando a análise e priorização dos temas com potencial impacto sobre os Terminais de Uso Privado (TUP). Como instrumento central de planejamento normativo da Agência, a Agenda confere previsibilidade e transparência ao processo regulatório, sendo monitorada pela ATP ao longo de todo o seu ciclo, desde a inclusão dos temas até a deliberação final. Nesse contexto, a Associação avalia riscos regulatórios, consolida contribuições técnicas com seus associados e atua de forma estratégica nas etapas de participação social, com o objetivo de assegurar segurança jurídica, previsibilidade e equilíbrio regulatório para o setor portuário privado.

Acessos de Terceiros

A Resolução ANP nº 881/2022 regula o livre acesso de terceiros aos terminais aquaviários de petróleo e combustíveis. Em defesa do segmento de granéis líquidos, ATP, atua pela revisão da norma, tanto no âmbito executivo, por meio de interlocução com a ANP e ANTAQ, quanto no Legislativo, mediante acompanhamento e proposição de Projetos de Lei. Essa atuação contempla avaliação dos impactos decorrentes da superposição de competências regulatórias entre as agências reguladoras.

Temas afetos a contêiner

Os temas acompanhados são diversos, destacando-se, entre outros, cobranças como SSE, armazenagem e questões concorrenciais. No âmbito dessas matérias, a Associação atua em auditorias operacionais e denúncias conduzidas pelo TCU, em consultas e audiências públicas na ANTAQ e em processos administrativos que tramitam no CADE, contribuindo para o aprimoramento da regulação e para o fortalecimento da segurança jurídica no setor. Além, de outras esferas que se fizerem necessárias.

Tarifas portuárias e contraprestação de serviços

O tema envolve tanto a defesa dos interesses dos associados em processos específicos perante a ANTAQ quanto a elaboração de estudos pelas equipes técnica e jurídica da Associação sobre a proporcionalidade e a conformidade das cobranças e dos serviços

prestados. Nesse contexto, são analisadas as tarifas de acesso aquaviário e terrestre, bem como a gestão dos recursos pelas autoridades portuárias, com o objetivo de promover maior transparência, equilíbrio e eficiência na prestação dos serviços.

Reforma Tributária

A ATP acompanha e atua na implementação da reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, com atenção especial à regulamentação por meio de leis complementares e normas infralegais. No âmbito do Congresso Nacional, a Associação mantém atuação institucional ativa junto a parlamentares, frentes setoriais e relatores das propostas, apresentando contribuições técnicas e jurídicas voltadas à adequada consideração das especificidades do setor portuário privado, especialmente dos Terminais de Uso Privado (TUP). A atuação concentra-se na análise dos impactos da incidência do IBS e da CBS sobre as operações portuárias, na defesa de ajustes que evitem distorções concorrenciais e na preservação de regimes que estimulem investimentos. Paralelamente, a ATP elabora estudos em parceria com especialistas e mantém interlocução com o Executivo, buscando assegurar segurança jurídica, neutralidade tributária e competitividade ao setor.

3.1.2 Infraestrutura e Operações Portuárias

Gargalos nos acessos portuários

Atuação para destravar gargalos em acessos rodoviários, ferroviários e aquaviários, através de apoio em audiências públicas realizadas ao longo do ano, reuniões com o MT, ANTT, concessionárias entre outras atividades em defesa das obras de acesso aos terminais autorizados.

Concessões Hidroviárias

Avaliação e estudos dos modelos de concessões hidroviárias, diálogo institucional com o poder público em apoio as concessões, ações de comunicação para ampliar o debate público sobre o tema e difundir esclarecimentos, destacando a importância do fortalecimento das hidrovias.

Concessões de Canais de Acesso

Acompanhamento regulatório e técnico das novas concessões de canais de acesso, com ênfase nos impactos aos TUP.

Integração nas Ferramentas de Planejamento Portuário

A ATP atua na promoção da integração dos TUP ao planejamento logístico nacional, participando da elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) e de planos setoriais dos modais portuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário, além de acompanhar discussões regulatórias e institucionais relacionadas à definição e às alterações de polígonos portuários, que impactam o ordenamento territorial do setor e a integração da infraestrutura logística no país.

Hidrodinâmica e Segurança da Navegação

Elaboração de estudos e debates técnicos sobre temas como a operacionalização do calado dinâmico e navegação em lama fluida Atuação junto à Marinha no que tange à regulação dos temas.

Evolução da Infraestrutura na Barra Norte

Trata-se do projeto da ATP para aumento do calado operacional na navegação pelo arco lamoso na Barra Norte do rio Amazonas, buscando validação por parte do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha, em Belém/PA. O detalhamento desse tema está disponível no item 6.3 GT Barra Norte.

Melhorias nos serviços e custos da praticagem

Esta frente atua no acompanhamento legislativo no Congresso Nacional, monitora reajustes tarifários e fiscaliza abusividades, reportando diretamente à Marinha, atual autoridade responsável pela regulação econômica do setor. O Grupo de Trabalho de Praticagem manteve o acompanhamento das atualizações regulatórias e legislativas do setor, com foco nos desdobramentos da Lei nº 14.183/2024. Em 2025, o GT realizou reuniões remotas para tratar da regulamentação econômica pela Marinha e da imposição do segundo prático. O objetivo é garantir o monitoramento constante de temas que impactam a eficiência e os custos operacionais dos terminais.

3.1.3 Segurança, Saúde e Meio Ambiente

Segurança Patrimonial

São tratadas pautas gerais relacionadas à aplicação da Resolução nº 53/2022 da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos (CONPORTOS) e o ISPS CODE, acompanhadas auditorias e processos de homologação de Estudos de avaliação de Risco (EAR) e Planos de Segurança Portuária (PSP), assim como as boas práticas em segurança patrimonial das instalações portuárias.

Vigilância Sanitária

Acompanhamento de normas e audiências públicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a exemplo da Consulta Pública aberta durante 2025 para atualização dos modelos de planos de contingências, e a revisão da RDC 72/2009, que trata do controle e segurança sanitário em terminais portuários.

Segurança Pública da Navegação

A segurança pública da navegação passou a integrar as frentes de atuação acompanhadas pela ATP no ano de 2024, em razão do aumento significativo de incidentes criminosos, especialmente na navegação interior. O tema é trabalhado junto à CONPORTOS e à SNH - Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação.

Licenciamento Ambiental

Atuação na simplificação dos processos de licenciamento ambiental para a implantação e ampliação de instalações portuárias, assim como de dragagens de aprofundamento e manutenção. Nessa frente, a entidade também atuou pela aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, bem na defesa da constitucionalidade de seus dispositivos. Ademais, participou ativamente das audiências públicas promovidas pelo IBAMA relativas aos processos de licenciamento das operações de ship to ship e de dragagem de manutenção.

3.1.4 Comércio Exterior e Alfandegamento

Segurança em Áreas Aduaneiras

Atuação na regulamentação e aplicação da Portaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 143/2022, que estabelece, entre outros pontos, requisitos de segurança em recintos alfandegados, e construção de boas práticas aplicadas à segurança aduaneira.

Especificações Técnicas em Áreas Aduaneiras

Atuação em busca de melhorias dos requisitos exigidos pela RFB. No âmbito da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) nº 76/2022, a ATP trabalhou para que os scanners que não seguem os novos parâmetros pudessem, ao menos, ser utilizados na inspeção de contêineres vazios.

Aplicação de Sistemas Aduaneiros e de Comércio Exterior

Acompanhamento e divulgação do Módulo API Recintos, assim como sistemas do comércio exterior (SISCOMEX). No âmbito da COANA 72/2022, que especifica os requisitos para a transmissão dos dados à API Recintos, a Associação trabalhou nas recorrentes indisponibilidades do sistema. A ATP também monitora a transição para o novo processo de importação, com a substituição definitiva das Licenças de Importação (LI) e Declarações de Importação (DI) pela Declaração Única de Importação (Duimp) ao longo de 2026, avaliando seus impactos operacionais sobre terminais portuários e recintos alfandegados, especialmente diante de novas práticas como o registro antecipado da importação (“despacho sobre águas”) e das mudanças introduzidas pela Lei Complementar nº 225/2026.

3.1.5 Qualificação e Competitividade do Setor

Qualificação do Trabalhador em Terminais de Uso Privado

Atuação da ATP, em apoio à CNT, frente ao PL 79/2020 e demais iniciativas junto ao Poder Executivo, a fim de direcionar as contribuições sociais do setor portuário e marítimo para o Sistema S do Transporte, como os recursos vertidos pelas empresas ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM).

Estudos concorrenciais e mercadológicos

ATP elabora e apoia pesquisas que norteiam estratégias para o fortalecimento dos terminais privados. Entre elas, destaca-se o “Estudo de análise concorrencial sobre a implantação de terminais autorizados”, que foi objeto de reuniões com todos os diretores da ANTAQ, da Secretaria Nacional de Portos e do Ministério de Portos e Aeroportos.

Benefícios Tributários (REPORTO, REIDI e REHIDRO)

A ATP tem atuado de forma estratégica e contínua na promoção dos benefícios tributários relacionados aos regimes especiais como o Reporto, o Rehidro e o Reidi, reconhecendo seu papel fundamental para a competitividade e expansão da infraestrutura portuária e logística no país. Essa atuação não se limita à defesa da renovação desses instrumentos no âmbito legislativo, mas também envolve esforços voltados à sua implementação efetiva, garantindo que os benefícios sejam de fato acessíveis e operacionais para os agentes do setor. Além disso, a ATP tem se posicionado de forma ativa no debate da reforma tributária, trabalhando para assegurar a manutenção desses regimes e a preservação de seus efeitos positivos sobre investimentos, eficiência operacional e desenvolvimento econômico.

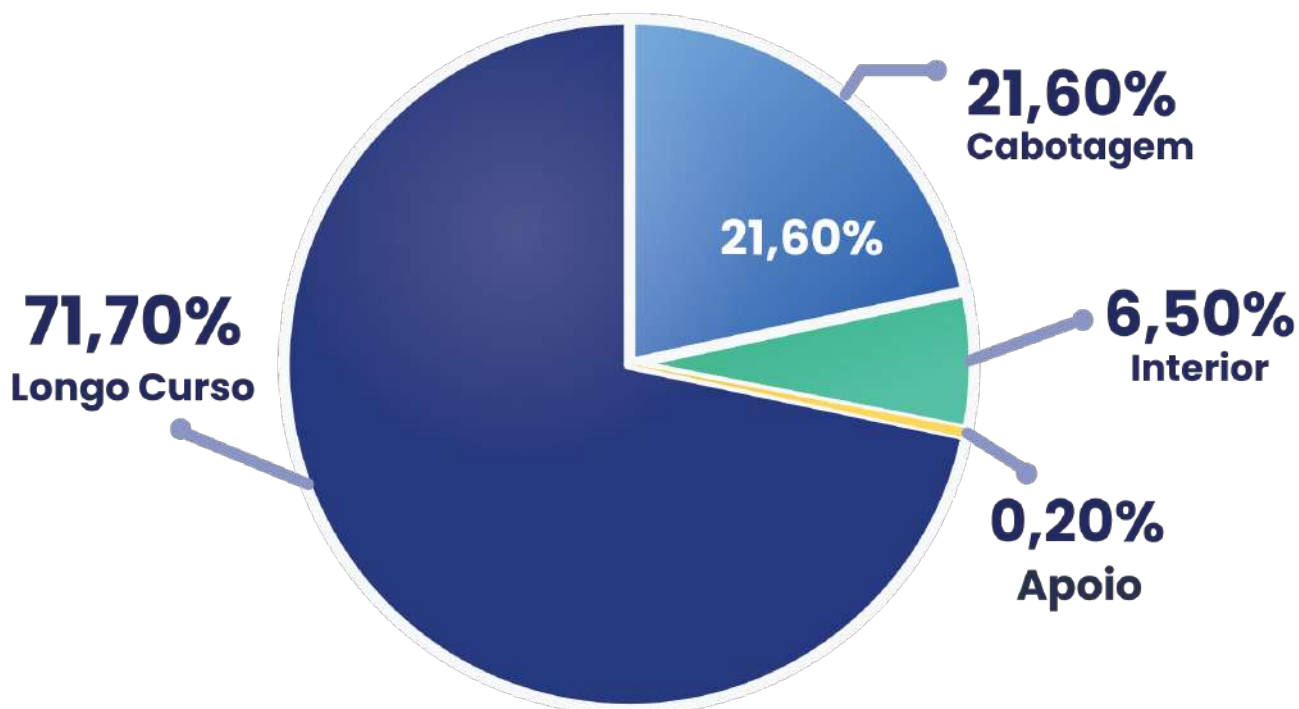
3.2 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da ATP, ao longo do exercício de 2025, participou das reuniões do Conselho Diretor (RCD), bem como das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinárias (AGO e AGE). No período, foram realizadas seis reuniões em formato híbrido, tendo as demais ocorrido por videoconferência, por meio da plataforma Microsoft Teams.

O Conselho Diretor foi presidido pelo Sr. Roberto Oliveira Pinto de Almeida até 24 de outubro de 2025. Na 67ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi realizada a eleição dos 15 (quinze) membros titulares e de seus respectivos suplentes para compor o Conselho Diretor no mandato compreendido entre 25 de outubro de 2025 e 24 de outubro de 2028. Na mesma ocasião, foram eleitos para a Presidência do Conselho o Sr. Ulisses Oliveira (Porto Sudeste) e, para a Vice-Presidência, o Sr. Osmari de Castilho Ribas (Portonave).

Por delegação do Presidente do Conselho Diretor, foram realizadas as convocações, bem como adotadas as providências necessárias à organização prévia das reuniões. Após cada encontro, procedeu-se à elaboração das respectivas atas. No exercício de 2025, foram realizadas as reuniões descritas na tabela a seguir.

Tabela 6 - Reunião do Conselho Diretor e Assembleias em 2025



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAQ. Data 10/03/2026

3.3 Coordenadoria de Administração e Finanças

A Coordenadoria de Administração e Finanças é a unidade responsável pelo planejamento, organização, direção e controle das atividades administrativas da ATP, assegurando a adequada gestão de recursos financeiros, humanos e materiais, bem como a conformidade dos processos internos com as normas vigentes, as diretrizes estatutárias, as políticas institucionais e os princípios que orientam a atuação da Associação.

Sua atuação possui caráter estratégico e transversal, oferecendo suporte estruturante às demais áreas e contribuindo diretamente para a sustentabilidade institucional, a solidez da governança e o alcance dos objetivos previstos no planejamento estratégico. Ao garantir a eficiência operacional e a integridade dos fluxos administrativos e financeiros, a Coordenadoria desempenha papel essencial na sustentação e no crescimento da ATP.

No âmbito de suas atribuições, a Coordenadoria de Administração e Finanças desenvolve as seguintes frentes de atuação:

3.3.1 Gestão Administrativa e Financeira

A Gestão Administrativa e Financeira constitui uma das principais frentes de atuação

da Coordenadoria de Administração e Finanças da ATP, sendo responsável por assegurar a organização, o controle e a sustentabilidade das atividades institucionais da Associação. Essa área tem como objetivo garantir que os recursos financeiros, patrimoniais e operacionais da entidade sejam utilizados de forma eficiente, transparente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de governança.

Entre suas atribuições centrais destaca-se o planejamento orçamentário, processo por meio do qual são projetadas as receitas e despesas da Associação para determinado exercício. Esse planejamento é elaborado com base nas necessidades operacionais, nas metas institucionais e nas prioridades estratégicas definidas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelos órgãos deliberativos da ATP.

Outro aspecto fundamental dessa área é o controle de receitas e despesas, realizado por meio do acompanhamento sistemático das entradas e saídas de recursos. Esse processo envolve a verificação da regularidade das receitas provenientes das contribuições associativas, patrocínios e outras fontes de custeio, bem como o monitoramento das despesas administrativas, institucionais e operacionais. A análise contínua desses dados permite identificar eventuais desvios em relação ao planejamento e adotar medidas corretivas sempre que necessário.

A execução financeira também integra as responsabilidades da gestão administrativa e financeira. Essa atividade compreende a realização dos pagamentos, a administração das contas bancárias, o acompanhamento das aplicações financeiras e a organização dos fluxos de caixa da Associação. O objetivo é assegurar que os compromissos financeiros sejam cumpridos de forma tempestiva e que os recursos disponíveis sejam administrados com prudência, observando critérios de segurança, liquidez e rentabilidade.

Outro componente relevante é a prestação de contas, que envolve a elaboração de relatórios financeiros, balancetes e demonstrativos contábeis que evidenciam a situação patrimonial e financeira da entidade. Esses documentos são apresentados aos órgãos de governança da ATP, como o Conselho Diretor, Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, além de serem submetidos à auditoria externa independente. A prestação de contas é essencial para assegurar transparência na gestão dos recursos e fortalecer a confiança dos associados na condução administrativa da Associação.

Por fim, a Gestão Administrativa e Financeira exerce papel importante no apoio à governança institucional, fornecendo informações técnicas e financeiras que subsidiam o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva. Por meio da organização de dados, relatórios e indicadores de desempenho, a área contribui para o fortalecimento das práticas de governança, transparência e responsabilidade na administração da entidade.

3.3.2 Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas exerce papel estratégico na estrutura organizacional da ATP, sendo responsável pelos processos de recrutamento, desenvolvimento e engajamento dos colaboradores, assegurando uma equipe qualificada e alinhada aos objetivos institucionais.

Compete à área implementar políticas que garantam tratamento justo, promover um

ambiente de trabalho saudável, prevenir e mediar conflitos, fomentar a diversidade e assegurar o cumprimento da legislação trabalhista.

Ao posicionar as pessoas no centro da estratégia institucional, a ATP fortalece sua eficiência organizacional e contribui para a obtenção de resultados sustentáveis.

ATP é certificada GPTW pelo terceiro ano consecutivo.



A ATP conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, a certificação Great Place to Work (GPTW), reconhecimento internacional que avalia as melhores práticas de gestão de pessoas e a qualidade do ambiente de trabalho nas organizações. A renovação da certificação reafirma o compromisso da Associação com a valorização de seus colaboradores e com a promoção de um ambiente organizacional pautado na confiança e no respeito.

Em 2023, a ATP tornou-se a primeira entidade do setor portuário brasileiro a obter a certificação internacional GPTW, marco relevante para a consolidação de sua cultura organizacional e de suas boas práticas de gestão.

A metodologia do GPTW contempla pesquisa anônima aplicada aos colaboradores, por meio da qual são avaliadas dimensões essenciais da cultura de confiança, tais como credibilidade, respeito, orgulho e imparcialidade.

3.3.3 Gestão de Compliance

A Gestão de *Compliance* é uma prática corporativa que visa alcançar um patamar satisfatório de conformidade com leis, procedimentos, regulamentos internos e externos, padrões de ética e transparência e demais normas aplicáveis, como as normas ISO, por exemplo.

Desse modo, para alcançar excelência na Gestão de Compliance, é preciso criar uma cultura organizacional ética, visando à minimização de riscos legais e regulatórios, e à construção da confiança tanto interna quanto externamente, contri-buindo também para que a organização cresça de forma sustentável e responsável.

Assim, o objetivo principal da Gestão de Compliance da ATP é prevenir e detectar violações legais e éticas, minimizando assim os riscos associados a essas violações.

Por fim, garantir que toda e qualquer pessoa que atue na ATP ou estabeleça relações institucionais e comerciais com esta siga os princípios e valores descritos no Código de Ética e Conduta da Associação.

O Código de Ética e Conduta é um compromisso de integridade que a ATP assume, juntamente com suas associadas, perante o governo e a comunidade portuária, reunindo os princípios éticos fundamentais a serem cumpridos em con-formidade com seu estatuto social e sua carta de intenção e valores, bem como com a legislação pertinente.

O objetivo fundamental do compliance é assegurar que a empresa opere de maneira ética, legal e transparente.

Dessa forma, a Coordenadoria de Administração e Finanças consolida-se como área estratégica para a manutenção da eficiência administrativa, da responsabilidade financeira e da integridade institucional da ATP.

3.4 Coordenadoria de Comunicação

A Coordenação de Comunicação da ATP é responsável pelo planejamento, gestão e execução das estratégias de comunicação interna e externa da Associação, atuando de forma integrada para fortalecer a imagem institucional e ampliar a visibilidade do setor de terminais portuários privados. Entre suas atribuições estão a gestão das redes sociais, a assessoria de imprensa, a organização e cobertura de eventos, o apoio ao Comitê de Comunicação, as ações de captação e fidelização de associados, o monitoramento da reputação da marca e a mensuração sistemática de resultados.

Em 2025, a Comunicação consolidou um ciclo de crescimento e amadurecimento estratégico. A ATP manteve a liderança nas redes sociais entre as associações do setor, ampliando alcance, engajamento e relevância digital. Na imprensa, registrou **aumento de 25%** nas inserções em comparação a 2024, refletindo o fortalecimento do relacionamento com veículos e jornalistas, bem como a consistência na geração de pautas qualificadas. Nas redes, **crecemos em 30%** no número de seguidores, com destaque para melhor alcance no Instagram e consolidação do LinkedIn.

Também ganharam destaque as coberturas de agendas institucionais e eventos, que passaram a contar com maior visibilidade e repercussão, explorando diferentes formatos e canais para potencializar a difusão de conteúdos e posicionamentos. Os resultados alcançados evidenciam uma comunicação cada vez mais estratégica, orientada por dados e alinhada aos objetivos institucionais da ATP.

3.4.1 Comunicação Interna

A comunicação interna com os associados é estruturada para garantir informação ágil, transparente e estratégica, utilizando diferentes canais para manter todos alinhados às principais agendas da ATP.

Entre as iniciativas estão o ATP Informa, boletim digital mensal enviado via WhatsApp com os principais destaques institucionais, agenda e avisos relevantes; o Clipping ATP, distribuído por e-mail, com as principais notícias do setor portuário; e o ATP no Congresso, newsletter semanal elaborada pela Gerência Técnica, com apoio de layout e divulgação da Comunicação, que acompanha a tramitação de proposições e as frentes de atuação da entidade no Legislativo.

Em 2025, a Coordenação de Comunicação também produziu **133 notícias institucionais**, publicadas no site da Associação e desdobradas para as redes sociais, ampliando o fluxo de informações e fortalecendo o relacionamento com os associados.

3.4.2 Comunicação Digital

Entre janeiro e dezembro de 2025, a ATP fortaleceu sua presença digital nas redes sociais – Instagram, LinkedIn, Facebook, YouTube e X (antigo Twitter) – ampliando o alcance institucional e o relacionamento com o público. No período, esses perfis somaram **23.357 seguidores, com 3.809 novos seguidores, além de 413.440 visualizações de conteúdo, crescimento de 30% em relação a 2024**, e 19.111 interações entre curtidas e comentários. Foram publicados 996 conteúdos ao longo do ano.

O Instagram destacou-se no alcance e consumo de conteúdo, encerrando 2025 com **4.719 seguidores e crescimento expressivo de 2.170 novos seguidores**, 64% acima do registrado em 2024. Já o **LinkedIn manteve-se como a principal rede institucional da Associação, alcançando 13.995 seguidores** e registrando 1.340 novos seguidores, além de forte engajamento do público profissional.

Os resultados evidenciam um crescimento consistente da presença digital da ATP em 2025, com aumento da audiência, maior alcance das publicações e fortalecimento do engajamento nas principais plataformas sociais.



3.4.3 Patrocínio e Apoio Institucional

O apoio e o patrocínio a veículos de comunicação, eventos e iniciativas estratégicas do segmento portuário integram o plano de comunicação institucional da ATP e refletem o compromisso da entidade com o fortalecimento da agenda setorial. A estratégia tem como objetivos ampliar a visibilidade da marca, gerar associações positivas e consolidar a representatividade dos terminais portuários privados nos principais fóruns de debate e decisão.

Em 2025, a ATP patrocinou o veículo A Tribuna e eventos de relevância nacional, como: COP30 do Sistema Transporte, Mpor – Lançamento do Pacto de Sustentabilidade, Simpósio Brasileiro de Hidrografia, Painel Ibesc, Congresso ABDM, Simpósio de Gestão Portuária, Diálogos Hidroviáveis, XII Congresso Estadual da Comissão de Direito Portuário e Marítimo, Expolog, II Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, V Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho, Dia Mundial do Marítimo e Dia do hidrógrafo. Também o Livro Amazonia Azul

Paralelamente, com o objetivo de ampliar o networking e fortalecer conexões estratégicas, a Associação manteve parcerias por meio de apoio institucional a eventos relevantes. Em

2025, receberam o apoio da ATP as seguintes iniciativas: Intermodal South America, Portos e Costas Brasil, Port Performance, Tomorrow Blue Economy Niterói, Rio Pipeline & Logistics e IX Brasil nos Trilhos. O apoio institucional não envolveu aportes financeiros, mas contribuiu para ampliar a presença institucional da entidade e sua articulação com diferentes atores do ecossistema portuário e logístico.

Os resultados alcançados evidenciam uma atuação estratégica e consistente, que posiciona a ATP nos principais ambientes de discussão do setor e fortalece sua imagem como entidade representativa, técnica e propositiva.

3.4.4 Relacionamento com a Imprensa

A mídia exerce papel estratégico na amplificação de mensagens, na ampliação de alcance e na consolidação da reputação institucional. Em 2025, a ATP fortaleceu de forma consistente seu relacionamento com jornalistas e veículos de comunicação, aprimorando sua atuação como porta-voz e legítima representante dos interesses dos terminais portuários privados.

Ao longo do ano, a Associação manteve presença ativa na imprensa nacional, regional e especializada, posicionando-se com clareza, objetividade e embasamento técnico sobre os principais temas da agenda portuária. O resultado desse trabalho foi a conquista de **1044 inserções na mídia, um crescimento de 25% em relação a 2024** e uma equivalência comercial de **33 milhões e setecentos e sete mil reais (dados da clipadora)**, um desempenho que evidencia a ampliação da visibilidade institucional e a relevância da ATP no debate público.

Entre os principais destaques de pautas estão os estudos, com dados personalizados sobre os TUP e os portos brasileiros, realizados pela Coordenação de Pesquisas e Desenvolvimento da ATP. Em fevereiro, por exemplo, o maior destaque foi o levantamento “Terminais privados garantem R\$ 5,4 bi em investimentos no setor”.

O crescimento dos resultados em 2025 reflete o fortalecimento da relação de confiança construída com a imprensa, fruto de um trabalho contínuo de relacionamento, atendimento ágil às demandas espontâneas e geração de pautas propositivas baseadas em dados, posicionamentos institucionais e na atuação dos TUP.

Principais Resultados na mídia nacional geral



Capital

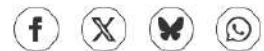
Informações exclusivas, análises e bastidores do mundo dos negócios.

Exclusivo para assinantes

Nos portos, uma fila de R\$ 35 bilhões em investimentos em terminais de uso privado

Por **Rennan Setti**

29/01/2025 17h48 · Atualizado há um ano



Secas severas prejudicam escoamento de grãos pelas hidrovias e portos do chamado Arco Norte

Apesar da queda, escoamento da supersafra pelos portos da região deve acelerar até o fim do ano. Infraestrutura ainda é gargalo, dizem especialistas

Por **Vinicius Neder** — Rio de Janeiro

18/08/2025 04h00 · Atualizado há 6 meses



broadcast

Entrar

Assine agora

Copiar URL

Comércio marítimo brasileiro cresce 2,2% em 2024, para US\$ 492,5 bi, diz ATP

08/01/25 16:55

Por Denise Luna



Live TV

PORTOS E LOGÍSTICA

BARBOSA: GARGALOS HOJE SÃO OS ACESSOS TERRESTRES
Murillo Barbosa | presidente da ATP

CEMIG PN N1	▼ -0,97%	R\$ 11,48
COGNA ON ON NM	▲ 1,28%	R\$ 1,58
COPEL PNB N2	▼ -0,69%	R\$ 10,14
COSAN ON NM	▲ 2,14%	R\$ 7,15
CPFL ENERGIA ON NM	▼ -1,29%	R\$ 35,00

inter

CAC 40: 8.085 ▼ -0,72%

DAX: 22.571 ▼ -0,38%

DI JAN/26: ▲ 0,07% (14,77%)

DI JAN/27: ▼ -0,27% (14,75%)

DI JAN/28: (14,75%)

As informações têm 15 minutos de atraso.

Aponte a câmera do seu celular e acesse o site

CNN MONEY

27 FEV | 11:31

Notícias

- ▶ Lucro da BRF sobe 15% no 4º tri e tem recorde em 2024
- ▶ Petrobras tem lucro líquido de R\$ 36,6 bi em 2024, queda de 70,6%
- ▶ Petrobras aprova R\$ 9,1 bi em dividendos em 2024; veja datas de pagamento

Dólar ▲ 0,15% R\$ 5,812

Euro ▼ -0,34% R\$ 6,067

Libra ▼ -0,13% R\$ 7,349



PULSA PALADAR JORNAL DO CARRO SP INNOVATION WEEK DESCOBRIR

Assine R\$ 1,9 Entrar

Notícia • Estadão / Economia

Balança comercial marítima recua 17% com queda em soja, petróleo e minério

Juntos, itens exportados perderam mais de US\$ 8 bilhões na comparação anual, mostra relatório semestral da Associação de Terminais Portuários Privados

PUBLICIDADE

3.4.5 Artigos

Em 2025, foram publicados cinco artigos pela ATP, com repercussão (além dos veículos de imprensa) nas redes sociais e no site da Associação:

- **Formação e Treinamento na Indústria Portuária: perspectivas na Área Portuária e Foco em Terminais de Uso Privado**

Autoras: Gabriela Costa e Rafaela Brandão.

Publicado em fevereiro/25, na edição especial da revista *Portos e Navios*.

- **Transição energética: Brasil pode ser referência**

Autor: Murillo Barbosa.

Publicado dia 15/03/25, no jornal *A Tribuna*.

- **Dois projetos, um objetivo: Eficiência Portuária**

Autores: Murillo Barbosa e Bárbara Rosa.

Publicado dia 21/06/25, no jornal *A Tribuna*.

- **Green Bonds e Portos Sustentáveis**

Autora: Gabriela Costa.

Publicado dia 27/06/25, no jornal *Estadão*.

- **A inovação que move os portos brasileiros**

Autores: Murillo Barbosa e Tathiane Mesquita.

Publicado dia 27/09/25, no jornal *A Tribuna*.



**Acesse a íntegra de todos
os artigos citados**

3.5 Coordenadoria Jurídica

Em 2025, a Coordenadoria Jurídica da ATP consolidou sua atuação como núcleo estratégico da Associação, ampliando sua autonomia, protagonismo institucional e capacidade de resposta em temas regulatórios, legislativos e judiciais de alta relevância para o setor portuário.

Responsável pela concepção das pautas e pela coordenação das atividades do Comitê Jurídico, bem como dos centros de apoio das regionais do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, a área passou por uma reorganização estratégica relevante ao longo do ano. Com o fortalecimento da equipe interna, a ATP adotou uma postura mais autônoma, técnica e eficiente na condução de suas atividades, encerrando o modelo de escritório de apoio contínuo.

A partir desse novo arranjo, a contratação de escritórios externos passou a ocorrer de forma pontual e direcionada, conforme a natureza específica de cada demanda, priorizando a especialização técnica e promovendo maior racionalidade e eficiência no uso dos recursos institucionais.

3.5.1 Atuação institucional

Nesse contexto, a equipe jurídica da ATP atuou no monitoramento e condução de 174 processos administrativos, judiciais e legislativos de interesse da Associação, distribuídos entre diversos órgãos e tribunais, conforme detalhado na tabela a seguir:

ÓRGÃOS	QUANTIDADE
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	77
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	4
Congresso Nacional (Projetos Legislativos)	27
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	6
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1
Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF/TRF1	3
Ministério da Fazenda - MFAZ	2
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA	1
Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR	22
Ministério da Saúde - MS	1
Supremo Tribunal Federal - STF	2
Superior Tribunal de Justiça - STJ	9
Tribunal de Contas da União - TCU	7
Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1	4
Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3	2
Tribunal Superior do Trabalho - TST	2
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	1
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	3
Total Geral	174

Observou-se, em 2025, um aumento significativo da participação institucional da ATP, refletido na ampliação do número de processos acompanhados, que passou de 138, em 2024, para 174 no período. Esse crescimento foi impulsionado, sobretudo, pela intensificação da atuação junto à ANTAQ, ao Ministério de Portos e Aeroportos e ao Tribunal de Contas da União, evidenciando o fortalecimento do papel da Associação na agenda regulatória, legislativa e de controle. Com o objetivo de assegurar alinhamento e previsibilidade aos associados, a equipe jurídica realiza monitoramento contínuo dos processos administrativos e judiciais, promovendo a comunicação célere dos andamentos mais relevantes e subsidiando a tomada de decisões estratégicas.

3.5.3 Atuação em temas estratégicos

Ao longo de 2025, a Coordenadoria Jurídica da ATP acompanhou de forma estruturada um conjunto amplo de temas estratégicos para o setor portuário, com atuação técnica, institucional e, quando necessário, judicial.

Dentre os principais destaques, ressalta-se a condução da estratégia jurídica relacionada à controvérsia envolvendo a cobrança pela utilização de áreas de espelho d'água, na qual a ATP obteve decisão liminar favorável em ação coletiva que determinou a suspensão da exigibilidade da taxa em relação aos seus associados. A atuação envolveu a superação de entraves processuais iniciais, como o não conhecimento de medida anteriormente ajuizada, e o posterior ajuizamento de ação própria, que resultou no deferimento de tutela para afastar a cobrança com fundamento na Portaria nº 7.145/2018, reforçando a defesa da segurança jurídica e da previsibilidade regulatória no setor.

No âmbito trabalhista, a Coordenadoria promoveu o monitoramento contínuo do dissídio coletivo em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho, com especial atenção à controvérsia relativa à eventual extensão do adicional de risco portuário aos Terminais de Uso Privado, avaliando os impactos das decisões sobre o regime jurídico aplicável aos TUP. Em paralelo, acompanhou as auditorias operacionais conduzidas pelo Tribunal de Contas da União, com análise crítica dos achados e recomendações, bem como a avaliação de seus potenciais impactos regulatórios, institucionais e operacionais para os terminais privados.

No campo legislativo, destacou-se a análise dos reflexos jurídicos e regulatórios do Projeto de Lei nº 3.899/2012, enquanto, no âmbito regulatório, a equipe participou ativamente de audiências e consultas públicas promovidas por agências e ministérios, elaborando contribuições técnicas voltadas ao aprimoramento normativo e à defesa dos interesses dos associados. Também foram acompanhadas as discussões relativas ao Programa Navegue Simples, com enfoque nos desafios regulatórios, operacionais e institucionais associados à sua implementação, especialmente no que se refere à simplificação de procedimentos e à preservação da segurança jurídica.

Adicionalmente, a Coordenadoria Jurídica realizou o monitoramento contínuo de ações judiciais e processos administrativos de interesse da ATP, bem como o acompanhamento sistemático das reuniões da Diretoria Colegiada da ANTAQ, com a identificação de impactos relevantes para os associados e o direcionamento institucional adequado. No plano interno, promoveu a análise jurídica das propostas de alterações estatutárias da Associação,

contribuindo para o aprimoramento da governança institucional.

Por fim, a equipe acompanhou a implementação do Módulo de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP), lançado pela ANTAQ, avaliando seus impactos na transparência e na regulação de preços no setor, bem como a transição para a Declaração Única de Importação (Duimp), no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, com análise dos reflexos operacionais e regulatórios decorrentes da substituição dos sistemas anteriores.

3.5.4 Atuação legislativa estratégica

Ao longo do ano, a Coordenadoria Jurídica manteve atuação contínua e articulada em pautas legislativas de interesse do setor portuário, em estreita colaboração com a área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG). A atuação envolveu a elaboração de análises técnicas e jurídicas, notas e pareceres, sugestão de emendas, participação em audiências públicas e acompanhamento sistemático da tramitação legislativa, com foco na mitigação de riscos regulatórios e na preservação da segurança jurídica dos Terminais de Uso Privado (TUP).

Destaca-se, nesse contexto, o acompanhamento do Projeto de Lei nº 733/2025, que propõe alterações estruturais no marco regulatório portuário. A equipe realizou análise integral da proposta, incluindo o exame de 491 emendas apresentadas na Comissão de Trabalho (CTRAB) e de 679 emendas apresentadas na Comissão Especial (CE). Como resultado, foi elaborado Relatório Analítico de Emendas, que sistematizou os riscos legislativos e os impactos potenciais sobre os TUP, considerando critérios objetivos como risco regulatório, compatibilidade jurídica e repercussões práticas. O estudo permitiu identificar propostas com potencial de afetar a autonomia dos terminais, a gestão da mão de obra, a estabilidade contratual e a segurança jurídica do setor, subsidiando a atuação institucional da ATP junto ao Congresso Nacional e demais stakeholders.

3.5.5 Apoio às áreas internas

A atuação jurídica no apoio à Área Técnica não se restringiu ao acompanhamento legislativo, abrangendo também participação ativa na análise, revisão e consolidação de contribuições a consultas e audiências públicas de elevada relevância regulatória para o setor portuário. Como exemplo, destaca-se a atuação conjunta com a Área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e com a Diretoria Executiva no âmbito da Audiência Pública nº 15/2024-ANTAQ, destinada a obter contribuições para o aprimoramento da proposta de Instrução Normativa que estabelece procedimentos gerais e critérios referenciais a serem observados pelas unidades técnicas da Agência na qualificação de condutas e práticas no fornecimento de serviços em instalações portuárias. Nesse contexto, a ATP realizou interlocução prévia com todos os Diretores da ANTAQ, apresentando análise técnica que evidenciou pontos de atenção na proposta normativa, os quais poderiam conduzir, de forma indevida, à caracterização de um mercado concentrado, independentemente das condições efetivas de concorrência.

Em paralelo, a equipe jurídica em conjunto com a Área de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação prestou assessoramento na elaboração do Diagnóstico de Seguros e do Projeto

P-40, sendo o primeiro desenvolvido em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos e o segundo em colaboração com a ANTAQ. Que será apresentado posteriormente neste relatório. De igual modo, a equipe prestou suporte à Área Administrativa, por meio de análise e revisão de contratos, elaboração de notificações extrajudiciais e demais documentos, bem como à Área de Comunicação, contribuindo na pesquisa e criação de roteiros para entrevistas da Diretoria Executiva, produção de releases jurídicos e artigos. Destaca-se ainda o estudo preliminar sobre os impactos da Reforma Tributária no setor portuário, tema de grande importância para os associados.

3.5.6 Suporte aos Associados e Casos Individuais e Ações em Favor dos TUP

Além do atendimento às demandas internas da Associação, a Coordenadoria Jurídica da ATP presta assessoramento jurídico contínuo e personalizado aos seus associados, tanto em questões individuais quanto em temas de interesse coletivo do setor portuário privado. A atuação abrange a análise preventiva de riscos, a orientação estratégica e o apoio técnico em matérias regulatórias, administrativas e institucionais. De forma permanente, a equipe jurídica monitora processos administrativos, normativos e sancionadores de interesse dos TUP no âmbito da ANTAQ, acompanhando seus desdobramentos e avaliando impactos regulatórios e operacionais para os associados. Essa atuação permite respostas tempestivas, alinhamento institucional e, quando necessário, a adoção de medidas administrativas ou judiciais.

Esse conjunto de ações evidencia o papel estratégico da Coordenadoria Jurídica na defesa dos interesses da ATP e de seus associados, reforçando o compromisso com um suporte ágil, qualificado e eficaz, seja por meio do monitoramento regulatório, da atuação institucional e legislativa, da consultoria jurídica especializada ou da cooperação integrada com as demais áreas da Associação.

3.6 Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

A área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da ATP exerce função estratégica de suporte técnico, produção de conhecimento, de dados e coordenação de iniciativas institucionais voltadas ao aprimoramento do setor portuário privado.

Compete ao setor de PD&I a concepção das pautas e a gestão das atividades dos comitês técnicos da Associação, atualmente compreendendo os comitês de Infraestrutura, Sustentabilidade e Segurança, bem como a coordenação dos centros de apoio das regionais Norte e Nordeste. Ao longo do exercício de 2025, a área também passou a gerenciar o **Comitê de Inovação**, ampliando sua atuação na promoção de soluções e debates voltados à modernização e competitividade do setor portuário.

No âmbito de suas atribuições institucionais, a área é responsável pela elaboração de pesquisas, estudos técnicos e análises setoriais que subsidiam o posicionamento institucional da ATP e contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas e regulatórias relacionadas ao setor portuário. Ademais, presta apoio técnico à área de comunicação da Associação,

por meio do fornecimento de dados, informações e análises utilizadas na elaboração de releases, publicações institucionais e entrevistas, tendo contribuído para **52 conteúdos ao longo de 2025**.

A área de PD&I também atua no apoio técnico à participação da Associação em consultas públicas, audiências públicas e processos regulatórios, bem como na produção de subsídios técnicos destinados a processos judiciais, administrativos e legislativos de interesse institucional. Entre suas atribuições permanentes, destaca-se ainda a gestão e atualização do banco de dados e das bases de informação mantidas pela ATP, incluindo o DATaPort, o BiblioPort e o Glossário Portuário, que atualmente totalizam **22 bases de dados**, constituindo importante instrumento de sistematização e disseminação de informações estratégicas para o setor.

A área também é responsável pela prestação de informações técnicas a entidades externas, atendendo, ao longo de 2025, a **20 solicitações formais de dados e informações** provenientes de instituições públicas e privadas, entre as quais se destacam o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), a Infra S.A., a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT), entre outras.

Adicionalmente, a coordenação presta apoio técnico direto às demandas individuais dos associados da ATP, tendo registrado 87 atendimentos ao longo de 2025, os quais envolveram esclarecimentos técnicos, análise regulatória e suporte junto à órgãos como IBAMA, MPOR, ANTAQ, CONPORTOS, entre outros.

3.6.1 Produtos Lançados em 2025



Diagnóstico de Sustentabilidade no Setor Portuário, Aeroportuário e Hidroviário

Produto da área de PD&I da ATP em parceria com o MPOR. Oferece o primeiro retrato abrangente da implantação das práticas ESG nos modais logísticos e de infraestrutura, apontando desafios e caminhos para o fortalecimento de uma logística nacional mais sustentável. O trabalho é fruto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o MPOR e a ATP, em 2024.



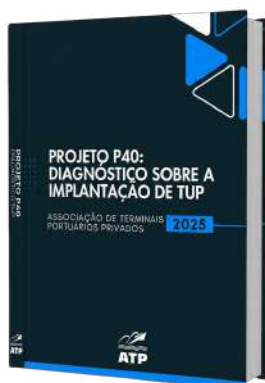
Diagnóstico de Seguros do Setor Portuário Privado

Produto da área jurídica e de PD&I da ATP em parceria com o MPOR. A publicação analisa, pela primeira vez, os principais gargalos, inseguranças jurídicas e custos da contratação de seguros pelo setor portuário privado.



Valor dos Rios

A área de PD&I da ATP contribui na elaboração do livro “Valor dos Rios: O uso sustentável das águas interiores do Brasil”, elaborado por Ilques Barbosa, André Beirão e Rogério Ruschel. O capítulo escrito pela ATP foca na importância dos terminais de uso privado para a navegação interior.



Projeto P40: Diagnóstico de Implantação dos TUP

A Superintendência de Estudos e Projetos da ANTAQ solicitou apoio à ATP para realização de análise técnica e jurídica de 22 Terminais de Uso Privado, avaliando seu cronograma físico-financeiro e motivações para atrasos do prazo de 5 anos para início da operação.

3.7 Coordenação de Relações Governamentais e Institucionais

A Coordenadoria de Relações Governamentais é a responsável pela área de RIG na ATP, contando para a condução dessa tarefa com o apoio da consultoria de “Public Affairs” Burson Cohn & Wolfe Comunicação LTDA. A área de RIG opera em estreita sinergia com os setores de Comunicação, Jurídico e de Pesquisa e Desenvolvimento, apoiando a comunicação da ATP na elaboração de notícias e divulgação de agendas e eventos, bem como utilizando subsídios das áreas jurídica e de P&D para as análises de proposições legislativas e de outros textos, visando apoiar reuniões, apresentações, informes e análise de cenários para a Diretoria da ATP e associados.

A Burson atua complementando o monitoramento dos assuntos de interesse da ATP e de seus associados no que diz respeito ao relacionamento com os demais stakeholders (órgãos públicos e entidades privadas) e a atuação junto ao Poder Legislativo Federal. Com produtos semanais e mensais, a Burson subsidia a ATP com alertas dos diários oficiais e newsletters diários, agenda política da semana e resultado da agenda, relatório de proposições novas e em andamento, análise de cenário político nacional, além de elaborar análises sob demanda, perfis de autoridades, policy listening periódicos sobre tema definido pela ATP, prévia do Informe Semanal do Congresso da ATP e alertas de assuntos urgentes (via aplicativo WhatsApp).

Em 2025, a área de RIG, com o apoio da Burson, conduziu diversas ações, resumidas a seguir e que serão destacadas adiante:

- Monitoramento de **587 proposições legislativas no Congresso Nacional**. Esse número engloba projetos de lei, projetos de lei complementar, de decreto legislativo, propostas de emenda constitucional, medidas provisórias e requerimentos diversos (de audiência pública, de apensamento, de informações, de adesão às frentes parlamentares etc.).
- Elaboração de **57 perfis** de parlamentares e autoridades de interesse.
- Realização de **17 audiências** com parlamentares.
- Elaboração de **36 análises sobre temas de interesse em discussão no Parlamento, incluindo 12 policy listening**, versando sobre o marco regulatório do setor portuário e as propostas de alteração da Lei de Portos, licenciamento ambiental e concessões hidroviárias.
- Acompanhamento de **23 audiências públicas e de 17 eventos do setor**, elaborando os respectivos relatórios.
- Acompanhamento de **10 reuniões com parlamentares, gabinetes e lideranças partidárias**, para tratar de projetos de lei e assuntos de interesse do setor.
- **141 alertas DOU, 140 newsletters, 22 relatórios gerados, 274 Alertas WhatsApp de movimentações críticas** (aumento de 75% em relação a 2024) e **19 análises de temas** e iniciativas diversas.

3.7.1 Autoridade Marítima

A Coordenadoria de Relações Governamentais também tem o encargo de articular o relacionamento com a Marinha do Brasil na qualidade de Autoridade Marítima em temas que, por natureza, são intrinsecamente associados ao setor portuário. Durante o ano de 2026, foi mantido o sólido e tradicional canal de interlocução com o fito de permitir a tempestiva transmissão e negociação dos pleitos da ATP. Estes assuntos estarão detalhados nos itens concernentes aos Grupos de Trabalho “Barra Norte” e “Praticagem”.

4 Relações Governamentais e Institucionais



4.1 Congresso Nacional

4.1.1 Congresso Nacional

Durante o ano de 2025, a ATP manteve a sua presença constante no Congresso Nacional, seja acompanhando as sessões legislativas de interesse, participando de audiências públicas e eventos em frentes parlamentares e institutos, além de buscar reuniões com parlamentares para o enfrentamento das questões relevantes para o setor.

O destaque em 2025 no âmbito bicameral foi a conclusão da análise do novo marco legal do licenciamento ambiental. Após décadas de tramitação, o PL 3.729/2004 (renumerado no Senado como PL 2.159/2021) teve seu desfecho legislativo em 2025: após ser aprovado pelo Senado em maio e ter as emendas ratificadas pela Câmara em julho, o projeto foi sancionado em agosto como a Lei nº 15.190/2025, mas com 52 vetos presidenciais que incidiam sobre pontos sensíveis como a dispensa de licenças para certas atividades e a flexibilização do licenciamento por adesão; contudo, em 27 de novembro de 2025, o Congresso Nacional derrubou a totalidade desses vetos, restabelecendo o texto original que prevê a Licença Ambiental Especial (LAE) para projetos estratégicos, a autodeclaração via Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e a limitação da consulta a órgãos intervenientes, consolidando o novo marco legal com foco na celeridade processual para o setor produtivo. A ATP participou ativamente das discussões, em sinergia com outras entidades do setor de transporte e de infraestrutura, na derrubada de vetos a dispositivos que modernizavam diversas práticas de licenciamento, especialmente no que concerne às dragagens de manutenção.

4.1.2 Senado Federal

No Senado Federal, a área de RIG da ATP acompanhou e atuou em assuntos e proposições específicas, com destaque para as seguintes matérias em 2025:

- **PL 2966/2021** (Serviços de capatazia - Proibição de cobrança de THC por armadores de contêineres). A ATP é contrária à aprovação. A proposta encontra-se na Comissão de Infraestrutura, aguardando deliberação.
- **PL 5214/2025** (Verticalização de agentes econômicos em processos de concessão e arrendamento portuários). A ATP é contrária à aprovação. Aguardando Parecer do relator da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Wellington Fagundes (PL-MS).
- **PEC 3/2022** (extingue os terrenos de Marinha). Por gestões anteriores da ATP junto ao relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), a posição da ATP pela inserção de dispositivo que preveja a não obrigatoriedade de aquisição do terreno de Marinha por parte dos TUP foi atendida. A matéria encontra-se atualmente aguardando deliberação pela CCJ.
- **PLS 768/2015** (Cessão onerosa de espaço aéreo sobre instalações aeroportuárias e das

águas públicas em instalações portuárias). A ATP é favorável à aprovação. A proposta segue aguardando designação de Relator na CCJ.

4.1.3 Câmara dos Deputados

Durante o exercício de 2025, a atuação da ATP na Câmara dos Deputados concentrou-se na tramitação do **PL 733/2025**, que propõe a reformulação da Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013). Fruto do anteprojeto da CEPORTOS entregue em 2024, a proposta foi formalizada em fevereiro pelo Deputado Federal Leur Lomanto Júnior (UNIÃO/BA) e teve sua Comissão Especial oficializada pelo Presidente Hugo Motta em maio. Com a instalação efetiva em 9 de julho, sob presidência do Deputado Federal Murilo Galdino (REPUBLICANOS-PB) e relatoria do Deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA), o colegiado iniciou a análise de mérito e o recebimento de emendas cruciais para o setor.

Paralelamente à Comissão Especial, a ATP manteve interlocução estratégica com a Comissão de Trabalho (CTrab), sob condução do Deputado Leo Prates. A entidade participou como convidada em audiências públicas voltadas à modernização laboral, onde defendeu o equilíbrio entre a eficiência operacional dos terminais e as garantias dos trabalhadores portuários. Essa atuação em múltiplas frentes foi essencial para pautar as contribuições do setor privado e acompanhar as emendas parlamentares que visam aprimorar a segurança jurídica e a competitividade do sistema portuário nacional.

Após a instalação e o início das atividades da Comissão Especial, formalizadas pela aprovação de Plano de Trabalho, as discussões sobre o PL 733/2025 foram concentradas naquele colegiado. A ATP acompanhou de todas as sessões e audiências públicas organizadas pela Comissão Especial, tendo participado como expositor em 6 delas, conforme a seguir discriminado:



- **20 de agosto de 2025 – Tema: Mecanismos de Desburocratização propostos pelo novo marco regulatório portuário (Diretor-Presidente Murillo Barbosa).**

- 27 de agosto de 2025 – Tema: Aspectos Ambientais (Diretor-Presidente Murillo Barbosa).
- 24 de setembro de 2025 – Tema: “Relação Porto-Cidade” (Diretor-Presidente Murillo Barbosa).



GABRIELA COSTA | Diretora-Executiva da ATP
Regimes de exploração

- 15 de outubro de 2025 – Tema: Regimes de Exploração (Diretora-Executiva Gabriela Costa).



RAFAELA BRANDÃO | Associação de Terminais Portuários
Infraestrutura do sistema portuário brasileiro

- 26 de novembro de 2025 – Tema: Aspectos trabalhistas do setor portuário na visão dos empregadores” (Coordenadora Jurídica Rafaela Costa).
- 3 de dezembro de 2025 – Tema: Dragagem e Praticagem (Diretor-Presidente Murillo Barbosa).

A ATP realizou a análise técnica e emitiu pareceres sobre as 554 emendas apresentadas ao PL 733/2025, complementando o esforço com uma agenda de articulação direta junto a 16 parlamentares da Comissão Especial. O objetivo central foi assegurar que as demandas operacionais dos terminais fossem integradas ao debate legislativo, garantindo a representatividade do setor privado na formulação da nova norma. Destacam-se as três audiências exclusivas com o relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, que demonstrou convergência com a relevância estratégica dos TUP para a logística nacional. A interlocução institucional seguirá como prioridade em 2026, com a expectativa de que o parecer do relator seja apresentado logo no início do próximo ano legislativo, servindo de base para a conclusão da tramitação na Câmara.



Além do acompanhamento prioritário do PL 733/2025, a ATP intensificou sua atuação em diversas frentes parlamentares e matérias legislativas com impacto direto no setor portuário privado. Essa postura incluiu audiências frequentes com deputados e senadores, além de uma participação ativa em eventos técnicos e políticos no Congresso Nacional. A associação consolidou parcerias estratégicas com entidades de classe, como a Confederação Nacional do Transporte (CNT), e colaborou estreitamente com frentes parlamentares ligadas à infraestrutura e logística. Esse engajamento multisetorial reafirma o compromisso da ATP em influenciar positivamente o ambiente regulatório, garantindo que as demandas do setor privado sejam integradas ao debate nacional de desenvolvimento.

Dentre as audiências e participação em eventos, cabe destacar os seguintes:

- No dia 25 de março, o Diretor-Presidente da ATP, Murillo Barbosa, acompanhado da equipe de RIG, reuniu-se com o Deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG). Na ocasião, a ATP cumprimentou o parlamentar por sua destacada condução à frente da Comissão de Viação e Transportes (CVT) em 2024. O encontro também serviu para alinhar o posicionamento do setor quanto às principais matérias de interesse dos Terminais de Uso Privado em trâmite na Câmara dos Deputados.



- No dia 25 de março, ATP esteve presente no Seminário “Produção dos Novos Combustíveis Marítimos”, através da então Coordenadora de RIG Ana Paula Gadotti, organizado pela Comissão Especial Sobre Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde, presidida pelo Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). Contando com a presença de representantes dos Ministérios dos Portos e de Minas e Energia, da Marinha do Brasil, Petrobras, bem como do Diretor da “European Energy Metanol do Brasil”, as apresentações proferidas atualizaram os participantes sobre o posicionamento do Brasil quanto aos empregados no transporte aquaviário e nas políticas públicas para necessárias para alinhar o País às decisões tomadas no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO).
- No dia 17 de junho, a Diretora Executiva da ATP, Gabriela Costa, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o “Cenário do setor hidroviário nacional” promovida pela CVT, quando defendeu a política pública de concessões hidroviárias, destacando a importância da mudança da evolução da matriz de transporte brasileira e da relevância da descarbonização nesse processo.
- A ATP marcou presença na audiência pública da CVT sobre a infraestrutura portuária, realizada em 19 de agosto. A Coordenadora Jurídica, Rafaela Brandão, reiterou o crescimento do setor nos últimos anos e defendeu a desburocratização como pauta estratégica. Segundo a associação, o aprimoramento normativo é essencial para conferir estabilidade, previsibilidade e segurança jurídica aos investimentos nos portos privados.
- No tocante às concessões hidroviárias, tema de crescente interesse parlamentar, no dia 2 de dezembro, a ATP participou de audiência pública na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados para debater o

modelo de concessão da Hidrovia do Madeira, corredor estratégico para o país, tendo movimentado 11 milhões de toneladas em 2024. Representando a associação, o Coordenador de Relacionamento Governamental, Fabio Tayarol Marques, defendeu que a modernização da infraestrutura — incluindo serviços de dragagem, derrocamento e balizamento — é essencial para conferir maior previsibilidade e segurança ao escoamento de cargas. A ATP reiterou seu compromisso em contribuir tecnicamente para que o projeto de concessão equilibre a eficiência logística com a responsabilidade social, atendendo às necessidades reais dos usuários e terminais privados da região.



As seguintes matérias também foram alvo de acompanhamento e ações institucionais da ATP em 2025:

- **PL 3.899/2012** (Política Nacional de Economia Circular). ATP atuou de forma tempestiva para reverter a inclusão de dispositivos estranhos à matéria original, inseridos pelo relator em plenário. Tais itens impunham a instalação indiscriminada de barreiras de contenção em navios atracados e fundeados, contrariando as normas técnicas da Autoridade Marítima e gerando efeitos deletérios à operação portuária. Diante do risco de retrocesso e oneração desproporcional do setor, a ATP, em coordenação com entidades de infraestrutura, logística e navegação, participou ativamente do esforço de convencimento junto aos parlamentares. A articulação resultou na retirada bem-sucedida desses dispositivos antes da remessa da matéria ao Senado Federal, garantindo que o texto final preservasse a eficiência operacional e a conformidade regulatória dos terminais.
- **PL 1.923/2024** (Criação do Sistema Eletrônico de Informações do Setor de Combustíveis). A ATP atuou para a construção de um texto que possibilite o combate às indesejáveis fraudes na comercialização de combustíveis, mas que preserve a racionalização da burocracia e a harmonização regulatória e mitiguem a elevação dos custos operacionais dos Terminais Portuários. A matéria teve Requerimento de Urgência aprovado em 2025 e encontra-se pronta para a pauta de Plenário da Câmara dos Deputados.
- **PL 4.197/2023** (Participação de municípios em receitas portuárias). A ATP é contrária à aprovação. A matéria encontra-se pronta para pauta na Comissão de Viação e Transportes.

- **PL 623/2021** (Participação de municípios em receitas portuárias). A ATP é contrária à aprovação. O projeto encontra-se aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Nilto Tatto (PT-SP).
- **PL 4.761/2023** (Institui o Fundo de Apoio Portuário à Infraestrutura). A ATP atuou para promover alterações que possibilite a mitigação de riscos de bitributação e permita a participação dos TUP no Conselho Gestor do Fundo. A proposta aguarda a emissão de Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes, Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP).
- **PLP 55/2025** (Altera limites de receita e obriga infraestrutura de apoio a caminhoneiros nos portos). A ATP é contrária à aprovação. O projeto encontra-se pronto para pauta na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.
- **PL 877/2022** (Regulação dos serviços de Praticagem). A ATP é favorável à aprovação, pois confere efetiva segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços dos serviços de Praticagem. A matéria foi aprovada pelo Senado Federal em 2023 e remetida à Câmara dos Deputados, onde aguarda despacho da Mesa Diretora para início de tramitação.

4.2 Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)

A Diretoria Executiva da ATP manteve interlocução institucional permanente com o Ministério de Portos e Aeroportos, especialmente no âmbito da Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta ao Ministro de Estado, no qual foram realizadas 61 reuniões técnicas e institucionais, destinadas à discussão de temas estratégicos para o desenvolvimento do setor portuário privado.

Entre as agendas de maior relevância, destaca-se a reunião institucional com o Ministro para a entrega da proposta conjunta da Coalizão Portuária de alterações ao Projeto de Lei nº 733/2025. Ademais, foram realizadas visitas institucionais aos Secretários-Executivos que exerceram a função ao longo de 2025, Sra. Mariana Pescatori e Sr. Tomé França, ocasiões em que foram apresentadas a agenda e pautas prioritárias da Associação.

No mesmo período, a ATP participou de reuniões voltadas à elaboração e do lançamento do Diagnóstico de Sustentabilidade, iniciativa voltada ao mapeamento e ao fortalecimento de práticas sustentáveis no setor. Também houve participação ativa nas discussões do programa Navegue Simples, no âmbito dos grupos de trabalho voltados à simplificação dos processos de autorização de terminais, incentivo da inovação no setor, racionalização e simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental, e promoção de maior celeridade nos processos de emissão de certidões de disponibilidade de área e na formalização de instrumentos contratuais junto à Secretaria do Patrimônio da União.

4.2.1 Secretaria Nacional de Portos (SNP) e Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN)

Ao longo do período, a Associação também manteve diálogo frequente com a Secretaria Nacional de Portos (SNP) e com a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), órgãos específicos e singulares do MPOR.

Foram realizadas reuniões técnicas e estratégicas para tratar de temas chaves como: as concessões hidroviárias, a execução de dragagens de manutenção em águas interiores e propostas de alteração de poligonais portuárias, com atenção aos potenciais impactos sobre os terminais autorizados. Também foram promovidas agendas específicas voltadas ao apoio aos associados da ATP, contribuindo para o encaminhamento de demandas individuais e para o esclarecimento de aspectos regulatórios e operacionais junto às referidas Secretarias.

4.3 Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

No âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a ATP acompanhou de forma sistemática os processos decisórios e regulatórios conduzidos pela autarquia, incluindo a participação e monitoramento das Audiências Públicas e das Reuniões Ordinárias de Diretoria (ROD). Paralelamente, a Diretoria Executiva e a equipe técnica da Associação participaram de mais de 40 reuniões junto à Agência, voltadas à discussão de temas institucionais e técnico-regulatórios de interesse do setor.

Entre as agendas institucionais de maior relevância, destaca-se a reunião de apresentação do Conselho Diretor da ATP ao novo Diretor-Geral da ANTAQ, Sr. Frederico Dias, oportunidade em que foram expostas as principais pautas do segmento de terminais privados.

No campo técnico, foram conduzidas discussões relativas à metodologia de cálculo da tarifa equivalente no Porto de Itaguaí, à cobrança de armazenagem adicional e à proposta de Instrução Normativa destinada a estabelecer procedimentos gerais a serem observados pelas unidades técnicas da Agência no âmbito de suas análises e manifestações.

4.4 Ministério dos Transportes

Uma das metas institucionais da ATP ao longo de 2025 foi intensificar a aproximação e o diálogo institucional com o Ministério dos Transportes, especialmente no âmbito das discussões relacionadas à elaboração do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050). Nesse contexto, a entidade participou ativamente das audiências públicas promovidas durante o processo de construção do plano, contribuindo tecnicamente para os debates sobre elementos estruturantes do planejamento logístico nacional.

4.5 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

No transcurso do ano, a ATP buscou fortalecer sua já consolidada relação de parceria com o DNIT. A Associação realizou a doação dos estudos técnicos para a dragagem de manutenção do Rio Trombetas, rota fundamental para o escoamento da bauxita nacional. Ademais foram apresentadas as principais pautas da Associação ao novo Diretor de Infraestrutura Aquaviária, Sr. Edme Tavares, que também participou do 1º Encontro de Comitês da ATP como painelistas, evento que será detalhado posteriormente neste relatório.

4.6 Ministério da Justiça e Segurança Pública – Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos)

Desde a sua criação a ATP sempre manteve uma parceria contínua com a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), com atuação ativa na elaboração da Resolução 53/2020 e auxílio na disseminação de boas práticas.

Em 2025, a ATP e a Conportos também atuaram de forma conjunta na concepção do evento sobre segurança portuária promovido pela OAB, contribuindo para a construção do conteúdo e auxiliando na organização dos painéis do encontro. Além de realizarem, no âmbito do comitê de segurança, encontros para sanar dúvidas sobre a elaboração de Estudos de Avaliação de Riscos (EAR) e Planos de Segurança Portuária (PSP) dos terminais.

4.7 Ministério da Defesa – Marinha do Brasil

A ATP esteve presente e atuante em diversas oportunidades junto à Marinha do Brasil, somando 13 encontros. Além das reuniões do Grupo Técnico da Barra Norte, que visa superar desafios da navegação, a fim de aprimorar o Nível de Redução (NR) na região, a ATP esteve presente com representantes da Marinha em diversas oportunidades.

Destacam-se a reunião no âmbito do comitê de sustentabilidade, com o objetivo de tratar das alterações promovidas pela NORMAM 401, a Cerimônia de Transmissão dos Cargos de Subchefe de Estratégia e de Subchefe de Assuntos Marítimos e a Cerimônia alusiva ao Dia do Hidrógrafo.

4.8 Ministério da Fazenda – Receita Federal

Ao longo de 2025, a Associação de Terminais Portuários Privados manteve a interlocução institucional com a Receita Federal do Brasil, em especial no que tange aos procedimentos aduaneiros aplicáveis às operações portuárias. As tratativas ocorreram tanto diretamente pela entidade quanto no âmbito da coalizão setorial da qual a ATP participa.

Entre os temas de maior relevância discutidos, destacou-se a inspeção não invasiva de contêineres. Nesse contexto, a coalizão apresentou pleito para que equipamentos de escaneamento que atendem às especificações do Ato Declaratório Executivo COANA nº 19/2014 pudessem continuar sendo utilizados de forma complementar na inspeção de contêineres vazios.

O pleito foi acolhido pela Receita Federal, assegurando a continuidade da utilização desses equipamentos como ferramenta complementar nos procedimentos de inspeção aduaneira.

4.9 Ministério da Agricultura – CTLOG

Desde a sua criação, a ATP tem mantido participação institucional ativa nas atividades da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG), órgão consultivo que reúne representantes do setor público e da iniciativa privada com o objetivo de promover o diálogo institucional, debater desafios logísticos e propor soluções voltadas ao aprimoramento do escoamento da safra, à redução dos custos logísticos e ao aumento da eficiência no transporte de cargas no Brasil.

No âmbito das discussões realizadas ao longo do ano, destacou-se, entre os temas prioritários, a necessidade de fortalecimento e melhoria da infraestrutura e da operação do setor hidroviário.

4.10 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Ao longo do exercício de 2025, observou-se uma atuação mais proativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no âmbito do setor portuário. Nesse contexto, a Associação de Terminais Portuários (ATP), manteve tratativas regulares com a autarquia, buscando contribuir para o aprimoramento regulatório e operacional das atividades desenvolvidas nos terminais de uso privado.

Dentre os assuntos abordados nas agendas institucionais, destacaram-se a definição da lista de portos de entrada designados, bem como a análise de alternativas para ampliar a quantidade de Portos Emissores de Certificados Sanitários de Embarcação, medida considerada fundamental para a competitividade dos terminais brasileiros e para a adequada fluidez das operações marítimas. Ademais, foram objeto de discussão a nova norma de vigilância epidemiológica aplicável ao ambiente portuário e a elaboração do guia para planos de contingência, instrumentos destinados a fortalecer os protocolos de resposta a eventuais emergências sanitárias.

4.11 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Desde 2022, a ATP vem fortalecendo sua parceria com o IBAMA, em especial com a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CGMAC), no âmbito da Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC).

Durante o ano de 2025, a Diretoria Executiva e a área técnica da Associação trataram de temas fundamentais para o setor portuário como: o Lançamento do Guia de Avaliação do Impacto Ambiental em Terminais Autorizados – projeto iniciado em 2022, a partir de consulta pública realizada pelo órgão –, a nova norma de licenciamento ambiental para as operações ship-to-ship, e a proposta de Instrução Normativa que visa estabelecer os procedimentos e orientações técnicas para subsidiar a realização de atividades de dragagem de manutenção no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal.

Também foram feitas diversas reuniões com o objetivo de auxiliar os Associados da ATP em demandas individuais junto ao órgão.

4.12 Outras Entidades Parceiras

4.12.1 Confederação Nacional do Transporte (CNT)

A ATP é filiada à CNT, entidade sindical patronal de grau superior que congrega sindicatos, federações e associações do ramo de transporte, infraestrutura e logística no país. A CNT está ligada também ao Serviço Social do Transporte (SEST), ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e ao Instituto de Transporte e Logística (ITL), que, reunidos, formam o Sistema S do Transporte.

A Associação participa ativamente da Seção de Infraestrutura de Transporte e Logística da CNT, denominada Seção VI, tendo como presidente o diretor-presidente da ATP, almirante Murillo Barbosa, e conta com a participação de entidades dos setores portuário, ferroviário, rodoviário, de infraestrutura e logística. As reuniões ordinárias são agendadas quatro vezes ao ano, nas mesmas datas das reuniões dos Conselhos Nacionais.

Também atua na Comissão de Assuntos Trabalhistas (CAT), através da sua coordenadoria jurídica, e no Grupo de Assessoramento Parlamentar e Executivo (GAPE), através da coordenadoria de relações institucionais e governamentais.

4.12.2 Coalizão Empresarial Portuária

A Coalizão Empresarial Portuária é a reunião informal das seis principais entidades nacionais do setor portuário, que inclui, além da ATP, a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (ABRATEC), a Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) e a Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP). Juntas, as entidades unem forças para atuar em bloco em temas de interesse comum de seus associados.

Os temas debatidos em conjunto, em 25 reuniões durante 2025, foram: i) Análise e sugestões ao PL 733/2025; ii) Exploração de recintos alfandegados de zona secundária; iii) Dissídio coletivo relativo à exclusividade do OGMO na gestão e fornecimento de trabalhadores portuários; iv) Revisão da NR nº 4, relativa a grau de riscos portuários; v) Projeto de Lei que tratava de cargas abandonadas.

4.12.3 Aliança Brasileira pela Descarbonização nos Portos

A ATP é um dos membros fundadores da Aliança Brasileira pela Descarbonização nos Portos, desde sua criação, em março de 2024. Atualmente, a Coordenadora de PD&I da ATP, Bárbara Rosa, coordena o comitê regulatório da Aliança, enquanto a Coordenadora de Comunicação da ATP, Tathiane Mesquita, coordena o comitê de comunicação.

4.12.4 INFRA S/A

A INFRA S/A é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Transportes com foco na prestação de serviços de planejamento, estruturação de projetos, modelagens de concessões e engenharia.

A ATP manteve agenda ativa com a entidade, com foco na melhoria dos planejamentos logísticos nacionais, de forma a abarcarem de forma ampla os terminais autorizados em sua modelagem. Entre os principais temas de conversa, estão: i) a nova metodologia do PNL 2050; ii) inclusão dos terminais autorizados nos planos mestres portuários; iii) priorização das obras de acessos terrestres aos TUP; iv) planejamento hidroviário; e v) descarbonização do setor portuário.

4.12.5 Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (ABANI)

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (ABANI) e a ATP vêm fortalecendo sua parceria institucional com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a modernização da navegação interior no Brasil. No âmbito dessa cooperação, as entidades têm atuado de forma conjunta na discussão de temas estratégicos para o setor, dentre os quais se destacam as concessões hidroviárias, a realização de dragagens de manutenção em hidrovias, a aplicação e os impactos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como os desafios relacionados aos acessos rodoviários aos terminais que operam cargas destinadas à navegação interior.

Como parte desse estreitamento institucional, a ATP também participou da cerimônia de posse da nova diretoria da ABANI e do evento “Papo De Bordo”, iniciativa promovida pela associação voltada ao diálogo e ao aprofundamento de debates sobre o desenvolvimento do setor hidroviário.

4.12.6 Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias e dos Corredores de Exportação (ADECON).

A ATP fortaleceu sua cooperação institucional com a Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias e dos Corredores de Exportação (ADECON). As entidades atuaram juntamente pela promoção da infraestrutura hidroviária brasileira. No âmbito dessa parceria, a ATP participou de iniciativas promovidas pela ADECON, como os eventos Diálogos Hidroviáveis e o Happy Hour da Infraestrutura, espaços voltados à troca de experiências, ao debate técnico e ao alinhamento de agendas entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento do transporte hidroviário e da logística nacional.



5 Comitês



5.1 Comitê de Comunicação



O Comitê reúne as áreas de comunicação das empresas associadas, que compartilham experiências, acompanham os resultados da ATP na imprensa e nas redes sociais e constroem estratégias conjuntas para ampliar a divulgação do setor portuário privado do país. O objetivo é dar visibilidade às pautas dos TUP e fortalecer o posicionamento institucional da ATP junto à sociedade.



Camila Tavares
Porto do Açu
Coordenadora



Mariana Viel
Portonave
Vice-coordenadora

02

REUNIÕES
EM 2025

65

MEMBROS

Temas em foco:

- Planejamento estratégico: apresentação dos resultados de 2024, definição da agenda anual e alinhamento das prioridades estratégicas de comunicação do setor.
- Integração entre Comitês – PL 733/2025: debate sobre os impactos do projeto de lei na comunicação do setor portuário, com participação do Comitê Jurídico da ATP, fortalecendo a atuação coordenada e estratégica da Associação.
- Diálogo com o Governo Federal: reunião com a Coordenação-Geral de Comunicação do Ministério de Portos e Aeroportos para discutir formas de ampliar a presença dos Terminais de Uso Privado (TUP) nas comunicações institucionais do governo, reforçando a visibilidade do setor.

5.2 Comitê Jurídico



O COJUR atua para garantir a segurança jurídica dos terminais privados. O Comitê também trabalha para debater e propor melhorias no setor portuário.



Fabio Maya
Porto Itapoá
Coordenador



Sandra F. Silva
Cargill
Vice-coordenadora

06

REUNIÕES
EM 2025

90

MEMBROS

Número de informes: 58

Número de audiências/consultas públicas: 2

Temas em foco:

- PL nº 733/2025
- Taxa de Espelho d'Água (SPU)
- Adicional de Risco Portuário – TST
- Auditoria Operacional do TCU
- PL nº 3.899/2012
- Audiências e Consultas Públicas (Agências Regulatórias e Ministérios)
- Programa Navegue Simples
- Ações Judiciais e Processos de Interesse da ATP
- Reuniões de Diretoria Colegiada da ANTAQ

- Alterações Estatutárias da ATP
- Módulo de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP)
- Declaração Única de Importação (Duimp)
- Contribuições (Audiências, Consultas Públicas ou outras produções):
- Audiência Pública n. 15/2024-ANTAQ
- Audiência Pública n. 16/2024-ANTAQ
- Consulta Pública sobre o Anexo I da NR-04
- Consulta Pública – Revisão da Poligonal do Porto Organizado de Santos

Estudos e Pesquisas:

- Principais impactos jurisprudenciais da OIT 169
- Impactos da Reforma Tributária no Setor Portuário

5.3 Comitê de Infraestrutura



Atua no debate e no aprimoramento da infraestrutura logística e portuária nacional, contribuindo para o planejamento setorial e para a construção de condições institucionais e regulatórias que favoreçam a expansão e o financiamento da infraestrutura e superestrutura dos terminais portuários.



Marco Gamaro
Samarco
Coordenador



João Paiva
LDC
Vice-coordenador

03

REUNIÕES
EM 2025

71

MEMBROS

Número de informes: 43

Número de contribuições em consultas públicas: 64

Temas em foco:

- Plano Nacional de Logística 2050
- Calado dinâmico
- Lama Fluída
- Levantamentos Hidrográficos
- Acórdão 23/2025/ANTAQ – Acompanhamento pela Agência das dragagens em canais de acesso.
- Concessões Hidroviárias

- Concessões de Canais de Acesso
- PL do Licenciamento - Dragagens de Manutenção
- PL 178/2025 e PLP 55/2025 - Infraestrutura de apoio para os trabalhadores e motoristas
- NORMAM 401/DPC - Gestão da Bioincrustação

Contribuições (Audiências, Consultas Públicas ou outras produções):

- Ministério dos Transportes - PNL 2050: Matriz de origem e destino
- Ministério dos Transportes - PNL 2050: Gestão e exploração de pátios
- Ministério dos Transportes - PNL 2050: Corredores de Exportação
- Ministério dos Transportes - PNL 2050: Corredores Domésticos
- Ministério dos Transportes - PNL 2050: Corredores de indicação territorial
- Ministério dos Transportes - PNL 2050: Indicadores socioambientais
- Controladoria Geral da União - Consulta Setorial sobre o PNL
- IBAMA: Diretrizes para a dragagem de manutenção

Eventos e destaques:

- Reunião com a Diretoria de Portos e Costas - DPC - O Comitê de Infraestrutura se reuniu no dia 23 de junho de 2025 com a Diretoria de Portos e Costas da Marinha para tratar das dificuldades encontradas no processo de validação dos levantamentos hidrográficos. O Coordenador do comitê, Marco Antônio Gamaro, também aproveitou a oportunidade para trazer temas como calado dinâmico e navegação em lama fluída.

5.4 Comitê de Sustentabilidade



Atua na promoção da agenda de sustentabilidade e de práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) no setor portuário, contribuindo para o aprimoramento do marco regulatório ambiental e para o fortalecimento do diálogo com o poder público na formulação de políticas públicas relacionadas ao tema.



Carolina Brandl
Porto do Açu
Coordenadora



Ulisses Oliveira
Porto Sudeste
Vice-coordenador

05

REUNIÕES
EM 2025

91

MEMBROS

Número de informes: 89

Número de contribuições em consultas públicas: 345

Temas em foco:

- Política e Pacto pela Sustentabilidade
- Projeto Social ATP 2026
- Pesquisa de Sustentabilidade ATP/MPOR
- PL 733 – Porto-Cidade e Licenciamento
- Lei Geral do Licenciamento Ambiental (antigo PL 2159/2021)
- Plano de Ação em ESG da ANTAQ
- Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária 2025/2026

- NORMAM 401/DPC – Gestão da bioincrustação
- Inventário de Emissões de GEE (CNT/Ambipar)

Contribuições (Audiências, Consultas Públicas ou outras produções):

- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR
- IBAMA: Licenciamento das operações Ship-to-Ship
- Ministério da Fazenda – Taxonomia Sustentável Brasileira
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – Plano Clima – Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – Plano Clima Mitigação – Plano Setorial Transporte
- Ministério dos Transportes – Proposta metodológica para indicadores socioambientais PNL 2050
- IBAMA – Intervenções de dragagem de manutenção do Licenciamento Ambiental Federal
- Ministério de Portos e Aeroportos – Diretrizes para a descarbonização do sistema portuário e hidroviário brasileiro

Eventos e destaques:

- **Reunião com o Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR**

Em 26 de maio de 2025, a Associação realizou reunião com a participação da Diretora de Programa de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), Sra. Larissa Amorim, com o objetivo de apresentar e discutir a Política de Sustentabilidade e os desdobramentos relacionados à adesão ao Pacto pela Sustentabilidade, iniciativa recentemente lançada pelo Ministério. Na ocasião, a Diretora prestou esclarecimentos aos membros sobre os principais aspectos da iniciativa, bem como destacou os benefícios e oportunidades associados à adesão ao Pacto, ressaltando sua relevância para o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e para o avanço da agenda ambiental no setor portuário.

- **Reunião com a Diretoria de Portos e Costas – DPC**

Em 12 de setembro de 2025, o grupo contou com a apresentação da Comandante Maria Cecília, representante da DPC, que abordou as novas diretrizes da NORMAM 401/DPC, norma voltada à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações e plataformas, incluindo um novo capítulo dedicado à gestão da bioincrustação.

5.5 Comitê de Segurança



Atua na promoção, orientação e fortalecimento das práticas de segurança patrimonial portuária, em conformidade com o International Ship and Port Facility Security Code – ISPS Code e a legislação vigente.



Maycon Assunção
Edge
Coordenador



Ricardo Jesus
Cargill
Vice-coordenador

04

REUNIÕES
EM 2025

95

MEMBROS

Número de informes: 19

Temas em foco:

- Calendário de Auditorias
- Deliberação 1.144/2024 – Definição de modelos de Estudos de Avaliação de Risco (EAR) e Plano de Segurança Portuária (PSP)
- Guia de Boas Práticas em Segurança Portuária – Atualizações
- Cursos de Supervisores em Segurança Portuária (SSP) e Atualização – Capacitação contínua
- Qualidade das Organizações de Segurança (OS)
- Segurança Pública na Navegação
- Plano Nacional de Segurança Portuária
- Inteligência e contrainteligência frente às ameaças marítimas
- Segurança Cibernética

Eventos e destaques:

- **Reunião com a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS**

No dia 18 de março de 2025, o Comitê de Segurança realizou reunião com a participação do Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), Dr. Marcelo João. Na ocasião, foi destacado o papel da ATP como parceira institucional no fortalecimento das práticas de segurança portuária, bem como reiterada a disponibilidade da Comissão para apoiar os associados no esclarecimento de dúvidas e no aprimoramento dos procedimentos relacionados à segurança em instalações portuárias.

- **Reunião com o representante da Marinha na CONPORTOS**

Em 22 de abril de 2025, o Comandante Dias, representante da Marinha do Brasil na CONPORTOS, conduziu apresentação voltada à sensibilização dos Supervisores de Segurança Portuária (SSP) acerca das principais inconsistências identificadas pela Comissão na análise da documentação exigida pela Resolução nº 53/2020. A exposição abordou aspectos técnicos, formais e de conteúdo, com destaque para os erros recorrentes na elaboração do Estudo de Análise de Riscos (EAR) e do Plano de Segurança Portuária (PSP), promovendo debate orientado ao aprimoramento dos processos e à adoção de boas práticas no âmbito da segurança portuária.

5.6 Comitê de Inovação



Foi instituído em 2025 com o objetivo de promover a agenda de inovação no setor portuário, contribuindo para o desenvolvimento de soluções colaborativas entre os associados e para o aprimoramento do debate e da formulação de políticas públicas voltadas ao tema.



Juliane Carneiro
Porto do Açu
Coordenadora



Rafael Pereira
Porto Itapoá
Vice-coordenador

02

REUNIÕES
EM 2025

46

MEMBROS

Número de informes: 13

Número de contribuições em consultas públicas: 56

Temas em foco:

- Estruturação do comitê
- Inclusão dos TUP nas Caravanas da Inovação
- Política de Inovação
- Diagnóstico de Inovação

Contribuições (Audiências, Consultas Públicas ou outras produções):

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) – Tomada de subsídios da Política Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Setor Portuário

Eventos e destaques:

- **1ª Reunião do Comitê**

Na reunião realizada em 25 de julho, que marcou a instituição do Comitê de Inovação, foram discutidos os principais eventos do setor e definida a agenda anual de atividades, alinhada às temáticas da política de inovação do Ministério de Portos e Aeroportos. A ocasião também reforçou a inovação como eixo estratégico para o fortalecimento da competitividade, da sustentabilidade e da eficiência no setor portuário. Adicionalmente, foram estabelecidas as funções de coordenação e Vice-Coordenação do Comitê.

- **Reunião com o Ministério de Portos e Aeroportos**

Na segunda reunião, o comitê recebeu como convidado o Diretor de Programas do MPOR, Tetsu Koike, que realizou a apresentação com o tema: “Desenvolvimento da Política Nacional de PD&I Portuária”. A apresentação contextualizou sobre a ausência de uma política estruturada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) o que tem ocasionado perda de oportunidades, soluções pontuais e ineficiências operacionais, atribuídas a fatores como restrições de infraestrutura, baixa produtividade, alta rotatividade de gestores, ausência de cultura de inovação sistêmica e defasagem em relação a outros setores.

6 Grupos de Trabalho

Barcaça Hidrovias do Brasil - AM



6.1 GT Comissão de Juristas



46
MEMBROS

Empresas: Amaggi, APM, Arcelormittal, ATEM, Cargill, DP World, Ferroport, Gerdau, Hidrovias do Brasil, Complexo Pecém, Porto do Açu, Porto Itapoá, Porto Piauí, Porto Sudeste, Portocel, Portonave, Samarco, Suzano, Transpetro, Usiminas, Vale e VLI.

Criado em 2024, o grupo teve como objetivo debater e elaborar propostas normativas para a CEPORTOS – Comissão de Juristas Para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias. Em 2025, passou a se dedicar à análise integral do Projeto de Lei nº 733/2025, formulando e apresentando sugestões de aprimoramento ao texto, incluindo propostas relacionadas a:

- Relação de Trabalho
- Câmara de Autorregulação e Resolução de Conflitos
- Terminal Retroportuário Alfandegado
- Área Molhada Vinculada à Autorização
- Contrato de Passagem
- Definição de conceitos (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Alterações na Lei nº 10.233/2001 (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Do acesso de terceiros (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Licenciamento Ambiental (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Contrato de prestação de serviço com terceiros (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Dragagem (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Composição do Setor Portuário Brasileiro (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Análise de Impacto Regulatório (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Integração Porto-Cidade (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Complexo Portuário (em conjunto com a Coalizão Portuária)
- Estação de Transbordo de Carga – ETC (em conjunto com a Coalizão Portuária)

Ao longo do período, a ATP também participou de audiências públicas realizadas em todas

as regiões do país, apresentando contribuições técnicas e defendendo posições alinhadas à previsibilidade regulatória, à liberdade econômica e ao estímulo aos investimentos privados em infraestrutura portuária. O trabalho desenvolvido no âmbito do GT consolidou-se como um dos principais vetores de atuação institucional da ATP na agenda legislativa portuária.

6.2 GT Contêiner



9

MEMBROS

Empresas: APM, Chibatão, Complexo Pecém, DP World, Porto Itapoá e Portonave.

O Grupo de Trabalho de Contêineres, consolidado há anos no âmbito da ATP, tem atuação contínua e especializada nos temas regulatórios, operacionais e concorrenciais relacionados à movimentação de cargas containerizadas. Ao longo do período, o GT manteve o acompanhamento sistemático da agenda regulatória e dos processos relevantes para o segmento.

Em 2025, além dos temas recorrentes, três assuntos centrais assumiram especial protagonismo, em razão de seus impactos diretos sobre a segurança jurídica e a dinâmica do mercado de contêineres. Destaca-se que dois desses temas, em análise pelo TCU, já vinham sendo discutidos desde 2023, mas somente em 2025 alcançaram maior grau de maturação e desenvolvimento institucional, com desdobramentos concretos para a atuação regulatória e para o setor.

- Cobrança do serviço de guarda provisória de contêineres - TCU
- Armazenagem Adicional - TCU

6.3 GT Barra Norte – Projeto Barra Norte



12

MEMBROS

Empresas: Atem, Amaggi, Cargill e LDC.

Temas em foco:

Eixo 1 – Acompanhamento dos testes para aumento de calado junto à Marinha do Brasil (MB) na Barra Norte do Rio Amazonas;

Eixo 2 – Levantamento batimétrico e estudos maregráficos da região, cujos dados subsidiaram os referidos testes; e

Eixo 3 – Acompanhamento do processo de concessão do canal de acesso da Barra Norte, participando de audiências públicas, reuniões e debates a respeito.

Contribuições:

- Em 2025 foram realizados 4 testes na região do Arco Lamoso para validação do calado operacional de 11,85 m, com acompanhamento do Grupo de Trabalho Institucional sobre a Barra Norte (GTI-BN) coordenado pelo Comando do 4º Distrito Naval da MB sediado em Belém/PA.

- No período de 24 de novembro a 13 de dezembro de 2025 foi conduzida uma Campanha de Levantamento Hidrográfico de Sísmica Rasa (“Sub Bottom Profile”) com o propósito de mapear o leito marinho da região do Arco Lamoso da Barra Norte do Rio Amazonas visando identificar possíveis áreas de ocorrência de material consolidado ou de maior resistência geotécnica em superfície ou subsuperfície através de perfilagem sísmica. As sondagens foram conduzidas pela empresa CoastalPort Engenharia, contratada pela ATP, com o apoio logístico do Navio Hidroceanográfico Garnier Sampaio da MB. A consolidação dos dados e os resultados do Levantamento serão entregues ao Comando do 4º Distrito Naval para que a Autoridade Marítima possa deliberar sobre aumento seguro do calado de navegação na região do Arco Lamoso.

Reuniões:

- O GT Barra Norte, coordenado por Raul Pacheco (Cargill) com apoio interno do Coordenador de RIG de Fabio Tayarol (ATP), consolidou em 2025 as ações para o aumento do calado operacional na região. Composto pelas associadas Amaggi, Atem’s, Cargill, LDC e MRN, o grupo realizou sete reuniões para coordenar levantamentos hidrográficos e validar testes de navegação sob diretrizes da Autoridade Marítima. Paralelamente, a ATP manteve participação mensal no Grupo de Trabalho Institucional (GTI-BN), liderado pela Marinha do Brasil, assegurando o intercâmbio de informações críticas sobre as condições de navegabilidade e a modernização dos protocolos na Barra Norte.

- Os avanços técnicos em 2025 incluíram a realização de quatro testes de validação no Arco Lamoso, todos com resultados satisfatórios para o calado de 11,85 m, utilizando navios gerenciados pela Cargill. As operações focaram na otimização de janelas de maré e precisão metodológica, fundamentando as perspectivas otimistas para 2026. A Autoridade Marítima já sinalizou a evolução direta para o calado de 11,90 m, impulsionada pelos dados positivos do Levantamento Hidrográfico de Sísmica Rasa e pelo sucesso das campanhas experimentais do último ciclo.

6.4 GT Praticagem



45

MEMBROS

Empresas: Alcoa, Atem, Alumar, Cargill, Chibatão, DPWorld, Ferroport, Amaggi, Hidrovias do Brasil, Imetame, LDC, MRN, Petrobras, Porto do Açu, Porto Itapoá, Portonave, Porto Sudeste, Suzano, Transpetro, TGPM, Vale, VLI e Usiminas.

Temas em foco:

- Eixo 1 – Acompanhamento das evoluções decorrentes da sanção da Lei nº 14.813/2024, resultante da conversão do PL 757/2022 e apensados, que alterou a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA, Lei nº 9.537/97), no que tange à Praticagem, fixando por lei a Escala de Rodízio Único e a regulação econômica dos serviços pela Autoridade Marítima (MB);
- Eixo 2 – Eventual exigência de um segundo prático em todas as manobras, independentemente do tamanho das embarcações ou outra questão técnica, em discussão na área de jurisdição de algumas Capitânicas dos Portos.

Contribuições:

- Acompanhamento de reajustes de preços e serviços assessórios à Praticagem, a fim de verificar eventuais discrepâncias que possam ser levadas ao conhecimento e regulação da Autoridade Marítima.
- Realizar levantamento, em portos nacionais e estrangeiros, de procedimentos de mais de um Prático em manobras, no intuito de subsidiar estudo futuro a ser apresentado à Autoridade Marítima para ratificar o entendimento do GT que a “dupla Praticagem” deve ser restrita a situações excepcionais.

Reuniões

O GT de Praticagem, coordenado por Raul Pacheco (Cargill), manteve o monitoramento estratégico das iniciativas legislativas e regulatórias do setor em 2025. Mesmo após a Lei nº 14.813/2024 (resultante da sanção do PL 4392/2023) ter atribuído a regulação econômica à Marinha do Brasil – contrariando a tese de competência da ANTAQ defendida pela ATP –, o grupo permanece mobilizado para acompanhar o decreto de regulamentação e as discussões sobre a imposição de um segundo prático nas operações.

Durante o ano de 2025, o GT realizou reuniões remotas em janeiro e março para o intercâmbio de informações técnicas e alinhamento institucional sobre a questão da praticagem. A atuação da ATP foca agora na mitigação de impactos operacionais e na garantia de que a nova estrutura regulatória mantenha a eficiência dos terminais, assegurando vigilância constante sobre eventuais novas movimentações no Congresso Nacional.



7 Centro de Apoio Regional

Terminal Porto Sudeste - RJ



7.1 CENTRAR NORTE



Francisco Cortinas - Hidrovias do Brasil
Coordenador

Ana Elisa Victor - Cargill
Vice-Coordenadora

21

MEMBROS

Empresas: Alcoa, Amaggi, Atem, Cargill, Hidrovias do Brasil, Louis Dreyfus Company (LDC), Mineração Rio do Norte (MRN), Porto Chibatão Terminal de Grãos Ponta da Montanha (TGPM), Transpetro, Distribuidora Equador.

Temas em foco:

- Dragagens do Rio Tapajós
- Concessões hidroviárias
- Concessão da BR-364
- Concessão da BR-163 e acessos em Miritituba, Itapacurá e Santarenzinho
- Fila de caminhões na BR 230: Sistema de agendamento da fila de espera
- Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT 169

Eventos e destaques:

O CENTRAR Norte realizou uma reunião virtual no dia 24 de junho, para debater a Recomendação nº 13/2025, expedida pelo Ministério Público Federal (MPF). A recomendação traz impactos diretos aos terminais localizados em Itaituba e Miritituba, com relação a não renovação ou emissão de novas licenças ambientais para essas instalações, até que sejam realizadas consultas aos povos indígenas e análises de impacto climático.

7.2 CENTRAR NORDESTE



José Clementino da Silva - Vale
Coordenador

Jorge Humberto Pessoa Lopes - Cotegipe
Vice-Coodenador

17

MEMBROS

Empresas: Alcoa, Alumar, Cotegipe, Pecém, Petrobras, Suzano, Transpetro, Vale e VLI.

Temas em foco:

- Consulta Pública EMAP – Serviço de Tráfego de Embarcações (Vessel Traffic Service – VTS) no Porto do Itaqui
- Acessos terrestres
- Projeto de Lei Ordinária nº 150/2025 – MA

Eventos e destaques:

O CENTRAR Nordeste realizou uma reunião virtual no dia 16 de dezembro. O tema central foi o Projeto de Lei Ordinária nº 150/2025, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

A proposta estabelece medidas de proteção do meio ambiente marinho e de controle da poluição das águas por navios e embarcações em atividade nos portos maranhenses, além de outras providências. Diante dos potenciais impactos do projeto para a operação portuária e para a segurança jurídica do setor, a ATP promoveu o encontro para alinhar uma estratégia de atuação institucional junto ao Poder Legislativo estadual.

7.3 CENTRAR/ES



Alexandre Billot - Portocel

Coordenador

Marcos França - ArcelorMittal

Vice-Coodenador

23

MEMBROS

Empresas: ArcelorMittal, Gerdau, Usiminas, Imetame, Portocel, Samarco, Suzano, Transpetro, Vale e VLI.

Temas em foco:

- Cobrança pela VPorts de tarifa pelo VTMS (Vessel Traffic Management Information System)
- Calado, Lama Fluida e Segurança da Navegação
- Governança e Articulação Institucional

7.4 CENTRAR/RJ



Ulisses Oliveira – Porto Sudeste
Coordenador

Caio Cunha – Porto do Açu
Vice-Coordenador

13
MEMBROS

Empresas: Porto do Açu, Porto Sudeste, Ternium, Transpetro, Vale, Ferroport e VLI.

Temas em foco:

- Restrição de Calado e Dragagens – Porto de Itaguaí
- Definição da Tarifa Equivalente da Tabela I – Infraestrutura de Acesso Aquaviário do Porto Organizado de Itaguaí/RJ.
- Agenda Legislativa e Regulatória
- Articulação Institucional e Desenvolvimento Regional

7.5 CENTRAR/SP



João Menano - Alemoa
Coordenador

Daniel Souza - LDC
Vice-Coodenador

19

MEMBROS

Empresas: Alemoa, DP World, LDC, Suzano, Transpetro, Usiminas, VLI e EDGE.

Temas em foco:

- VTMIS – Porto de Santos
- Revisão e Expansão da Poligonal do Porto de Santos
- Polígono de Disposição Oceânica (PDO) e Dragagens
- Acessos Terrestres e Articulação Institucional

8 Eventos



8.1 Associadas

Vale debate a Regulação no Brasil

A ATP prestigiou a 2ª Conferência de Desafios e Tendências Regulatórias, realizada pela Associada Vale, dia 29 de janeiro, em Brasília. O evento promoveu importantes painéis como “Regulação no Brasil: entre a autonomia e os desafios de adaptação em um cenário de constante transformações” e “Avaliação da Gestão Contratual e Riscos: renovações e novos contratos”, com as participações de diretores de agências reguladoras e secretários executivos dos Ministérios de Portos e Aeroportos e dos Transportes.

Pela ATP, estiveram presentes os Diretores Murillo Barbosa e Gabriela Costa e a Coordenadora Jurídica Rafaela Brandão Rocha.

Porto Itapoá investe em dragagem na Baía da Babitonga

A ATP participou, em 21 de março, em Itapoá (SC), da solenidade de assinatura do contrato entre o Porto de São Francisco do Sul e o Porto Itapoá para a realização das obras de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal de acesso à Baía da Babitonga.

Murillo Barbosa, presidente da ATP, esteve presente na cerimônia, que contou também com a participação de autoridades locais e representantes do setor portuário.

A iniciativa marcou a primeira parceria no Brasil entre um porto público e um terminal privado para a execução de uma obra dessa natureza, considerada estratégica para o aumento da competitividade do complexo portuário da região. Com investimento estimado em R\$ 300 milhões, o projeto permitirá a operação de navios de até 366 metros de comprimento, ampliando a capacidade logística do porto.

Portocel promove evento sobre liberdade econômica no setor portuário

A ATP participou, em 31 de maio, em Vitória (ES), de um evento promovido em parceria com a associada Portocel, que contou com a palestra do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça sobre liberdade econômica e desenvolvimento da infraestrutura logística.

A diretora-executiva, Gabriela Costa, participou do encontro, que também contou com contribuições do ministro Alexandre Ramos e do desembargador Celso Peel, que abordaram temas relacionados à atuação da CEPORTOS.

Durante a apresentação, o ministro destacou a importância da expansão do setor portuário para o crescimento econômico do país, ressaltando que o desenvolvimento da infraestrutura deve atender ao interesse público e contribuir para a competitividade da economia brasileira.

Açu promove o PrumoDay 2025

Dia 19 de agosto, em São Paulo, a Diretoria da ATP marcou presença no Prumo Day 2025 “Conexões que Impulsionam o Desenvolvimento”.

O evento, realizado pela Prumo — holding do associado Porto do Açu — reuniu líderes e especialistas para uma manhã de networking e debates estratégicos sobre inteligência artificial, transição energética, óleo e gás, siderurgia de baixo carbono e biocombustíveis.

Inauguração do Terminal Intermodal de Açúcar da LDC



A ATP participou da inauguração do Terminal Intermodal Açúcar Pederneiras da Louis Dreyfus Company (LDC), em 21 de agosto, em Pederneiras (SP). Dyego Santos, Analista de Comunicação, acompanhou o evento que contou com autoridades, lideranças e representantes do setor.

O novo armazém, com capacidade para 90 mil toneladas e infraestrutura rodoferroviária completa, amplia a eficiência logística, fortalece o setor sucroenergético e gera 550 novos postos de trabalho. Além disso, o empreendimento contribui para a descarbonização e para o desenvolvimento econômico da região.

ATP visita terminal da Edge



Dia 28 de agosto, em Santos, a ATP visitou o Terminal de Regaseificação de São Paulo, da Associada Edge, e conheceu de perto uma operação que transforma o futuro da energia no Brasil. Participaram

Com capacidade para regaseificar 14 milhões de m³ de gás por dia e armazenar até 173 mil m³ de GNL, o terminal conta com a tecnologia da FSRU – embarcação flutuante que armazena e converte o GNL novamente em gás natural com rapidez, flexibilidade e segurança.

Participaram da visita, a Diretoria da ATP, Murillo Barbosa e Gabriela Costa, e a Coordenadora Jurídica Rafaela Brandão.

ATP prestigia o Prêmio Fundação Bunge

Dia 23 de setembro, em São Paulo, a Fundação Bunge promoveu a cerimônia de entrega do Prêmio Fundação Bunge 2025, um dos mais importantes reconhecimentos de mérito científico do país. O evento também celebrou os 70 anos da Fundação e os 120 anos da Bunge no Brasil.

A ATP - Associação de Terminais Portuários Privados esteve presente na cerimônia, representada pelo diretor-presidente Murillo Barbosa, que fez questão de prestigiar a associada Bunge em um momento tão marcante de sua história.

Porto Cotegipe e Samarco Mineração recebem reuniões do Conselho Diretor



Em 2025, o Conselho Diretor da ATP realizou reuniões híbridas que fortaleceram o diálogo estratégico e a integração entre os associados. A 83ª Reunião do Conselho Diretor ocorreu no Porto Cotegipe (BA), proporcionando debates sobre temas relevantes para a Associação e a oportunidade de conhecer as novas instalações do terminal, importante para o escoamento de cargas e para o agronegócio brasileiro.



Já a 88ª Reunião do Conselho Diretor, juntamente com a 67ª Assembleia Geral Extraordinária, foi realizada na sede da Samarco Mineração (ES). O encontro reuniu associados em um

ambiente de troca de experiências e parceria, além de marcar a eleição dos novos membros do Conselho Diretor da ATP para o triênio 2025–2028 e a visita às operações portuárias da empresa.

Vale recebe prêmios no Portos+Brasil

No dia 20 de agosto, a ATP prestigiou a 6ª edição do Prêmio Portos + Brasil, realizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em Brasília. A iniciativa valoriza os avanços de portos organizados e TUP, reforçando o compromisso com modernização, inovação e eficiência na gestão portuária. A Associada Vale foi vencedora nas categorias Igualdade de Gênero e Crescimento da Movimentação – Variação Absoluta, com os terminais de Praia Mole (ES) e Ponta da Madeira (MA), respectivamente.

8.2 ATP no Palco

ATP debate transição energética e sustentabilidade em eventos do setor

Ao longo de 2025, representantes da ATP participaram de debates sobre os desafios da transição energética e da sustentabilidade no setor portuário em importantes eventos do país.

A agenda foi aberta no dia 27/01, em São Paulo, no evento de **lançamento da Política de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos**. No evento, alguns Terminais Privados assinaram o Pacto pela Sustentabilidade, que permite que sejam reconhecidos pelos selos de comprometimento, incentivando práticas ESG em larga escala e promovendo o alinhamento com os objetivos globais de sustentabilidade. Vários associados ATP prestigiaram a solenidade: Porto Sudeste, Porto do Açú, Hidrovias do Brasil, Porto Itapoá, Complexo do Pecém, Portonave, DP World, Transpetro e APM Terminals.



Já no **II Seminário Internacional – Transição Energética no Mar: desafios e oportunidades para o Brasil**, realizado em 10 de fevereiro, em São Paulo (SP), o diretor-presidente Murillo Barbosa participou do painel sobre infraestrutura brasileira, regulação portuária e corredores verdes. Durante o debate, destacou desafios para os terminais privados na adaptação da infraestrutura para novos navios, nas estratégias de descarbonização e na integração com a indústria de energia. O evento reuniu representantes do governo, da iniciativa privada e da academia e foi promovido pela FGV, BNDES, A.P. Moller–Maersk e Marsalgado Brasil.

No **5º seminário da série “Brasil Rumo à COP 30”**, dia 12 de maio, em Brasília, foram discutidos os resultados de um estudo sobre a mitigação de emissões na cadeia de valor da mobilidade, buscando apoio para estratégias que visam as metas da COP 30. No evento, Gabriela Costa, falou da contribuição do setor portuário privado, com exemplos claros de ajustes possíveis na matriz logística para reduzir as emissões.

Já dia 28 de maio, a ATP também esteve presente no **VIII Simpósio de Gestão Portuária da UFMA**, em São Luís (MA). Na ocasião, a diretora executiva Gabriela Costa apresentou os desafios para a descarbonização e sustentabilidade nos terminais privados, destacando três eixos estratégicos: redução de emissões nas operações, adaptação a novos combustíveis e embarcações e o papel dos portos como ativos estratégicos da nova indústria de energia. A analista de P&D Joelma Miranda também participou do evento, reforçando o compromisso da ATP com a agenda de transição energética e com o fortalecimento de práticas sustentáveis no setor portuário privado.

De 20 a 22 de agosto, em Itajaí (SC), a Associada Portonave sediou a **32ª edição do CooperaPortos**, evento promovido pela ANTAQ. Com o tema “Portos Sustentáveis: Compromisso com a Agenda 2030”, o evento promoveu o debate de temas estratégicos como adaptação da infraestrutura às mudanças climáticas, resiliência operacional, descarbonização marítima e mecanismos de incentivo à sustentabilidade.

A ATP esteve representada pela sua diretoria, Murillo Barbosa e Gabriela Costa, e o analista jurídico Willian Soares. Vários membros do Comitê de Sustentabilidade também prestigiaram o evento.

Dia 26 de novembro, Murillo Barbosa moderou o painel: “A Descarbonização e a Logística Sustentável”, na **20º Expolog**, em Fortaleza (CE). O tema reuniu especialistas que trouxeram experiências sobre os desafios e oportunidades da transição energética no ambiente portuário: Luane Lemos, do Porto do Itaquí, Marco Ximenes, do Complexo do Pecém, e Daniel Guimarães, da Companhia Porto Piauí. Ao longo da conversa, foram abordados temas como inovação tecnológica, redução de emissões, financiamento verde e a importância da cooperação entre portos, terminais e autoridades para acelerar a agenda de sustentabilidade no país.

No mesmo dia 26 de novembro, no Rio de Janeiro, a ATP participou do **Tomorrow Blue Economy Niterói**, um dos principais encontros dedicados às soluções inovadoras para a economia azul. Gabriela Costa participou do painel “Portos na Linha de Frente das Estratégias de Descarbonização”, reforçando a importância dos terminais privados na transição para uma economia de baixo carbono. O painel contou ainda com a participação dos especialistas Bernardo Castello (Porto Sudeste), Renata Menezes Rocha (Firjan) e Tomás Braga Arantes (Transpetro).

ATP reforça protagonismo na agenda de inovação e transformação digital do setor portuário

A inovação tecnológica e a transformação digital ganharam protagonismo na agenda portuária brasileira em 2025, reunindo especialistas, autoridades e empresas em eventos que discutiram desde inteligência artificial até integração de dados e automação logística.

Ao longo do ano, a ATP participou ativamente desses debates.

Um dos destaques foi a **6ª edição do InovaPortos**, realizada de 16 a 18 de junho no Porto do Itaqui (MA). Com o tema “Transformação Digital e IA no setor portuário”, o evento reuniu especialistas para discutir como tecnologias emergentes já impactam as operações portuárias. A ATP foi representada pela coordenadora jurídica Rafaela Brandão Rocha, que participou das atividades e promoveu trocas de experiências com representantes de diversas instituições do setor. A programação também buscou aproximar inovação e educação, com um torneio de robótica envolvendo estudantes de escolas públicas e privadas do Maranhão e o Prêmio Porto do Itaqui, voltado à valorização de trabalhos acadêmicos e de comunicação relacionados ao universo portuário.



A agenda de inovação seguiu em setembro, com a **2ª edição do PortoBRTech**, realizada nos dias 2 e 3 na Portonave, em Santa Catarina. O encontro reuniu lideranças e especialistas para debater automação, cibersegurança, inteligência artificial e inovação tecnológica aplicadas à cadeia logística. A ATP foi representada pela analista de Pesquisa e Desenvolvimento Joelma Miranda, que acompanhou as discussões sobre digitalização e integração de dados, tendências cada vez mais presentes na gestão e nas operações portuárias.

Outro momento relevante ocorreu no **Port Performance Summit Brasil 2025**, realizado em 2 de outubro, em São Paulo, que reuniu profissionais e autoridades para discutir tecnologia, automação e digitalização com foco em produtividade, eficiência e sustentabilidade nos portos brasileiros. No evento, o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, moderou o painel “Cases de Eficiência com o Uso de Inteligência Artificial nos Terminais Privados”. O debate reuniu representantes das Associadas Transpetro, Porto do Açu, DP World e Ferroport, que apresentaram aplicações práticas de IA nas operações portuárias — desde modelos de previsão e análise em tempo real, até controle inteligente de agendamentos ferroviários, reconhecimento facial para gestão de acessos e chatbots para compartilhamento de informações operacionais.

A ATP também participou das **Caravanas da Inovação Portuária**, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários e do Hub Brasil Export, que promoveu seis encontros em diferentes regiões do país para debater o papel da inovação no futuro da logística portuária. A ATP participou ativamente das etapas do programa ao longo do ano, representada pela analista de Pesquisa e Desenvolvimento Joelma Miranda e por integrantes de seu Comitê de Inovação.

Segurança regulatória no setor portuário em pauta

Em 2025, a ATP participou de importantes encontros jurídicos e institucionais, contribuindo para o debate sobre legislação, regulação e segurança pública nos portos.

Um desses momentos foi o **XII Congresso Estadual da Comissão de Direito Portuário e Marítimo e o X Workshop de Temas Atuais de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, realizados nos dias 21 e 22 de agosto, em Itajaí (SC). O evento integrado reuniu autoridades, especialistas e representantes do setor em uma ampla agenda de debates e troca de conhecimento, contando com o patrocínio da ATP.

A Associação participou de dois painéis centrais da programação. Murillo Barbosa integrou o debate sobre “Legislação Portuária PL 733/2025: Descarbonização, Simplificação e Segurança Jurídica”, enquanto Gabriela Costa participou do painel “Sobreestadias – Reflexos nas esferas Aduaneira, Marítima e Portuária”. Também representou a entidade no evento, o analista jurídico Willian Soares, acompanhando as discussões técnicas e institucionais.



Na mesma linha, a ATP também participou do **IX Congresso de Direito Marítimo e Portuário da ABDM**, realizado entre 27 e 29 de agosto, em Santos (SP). O encontro reuniu juristas, parlamentares, autoridades e representantes do setor para discutir os caminhos do marco regulatório da atividade portuária. Durante o evento, Murillo Barbosa participou do painel “PL 733/2025 e o novo marco regulatório do setor portuário”, ao lado do deputado federal Arthur Maia, relator do projeto na Comissão Especial da Câmara, do desembargador Celso Peel (TRT-SP) e de representantes de entidades do setor. Representando a ATP, também estiveram presentes a diretora executiva Gabriela Costa e a coordenadora jurídica Rafaela Brandão Rocha.

No dia 13 de outubro, Gabriela Costa participou da **Regulation Week**, no Rio de Janeiro. O evento, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, reuniu especialistas do setor público e privado para debater o tema “Consensualidade, Arbitragem e Segurança Jurídica na Regulação da Infraestrutura Brasileira”, promovendo reflexões sobre o futuro regulatório da infraestrutura nacional. Gabriela integrou o painel “Regulação de Portos e Transportes Aquaviários” que abordou temas fundamentais para o aprimoramento da segurança jurídica e eficiência regulatória do setor portuário.

Ao reunir representantes do setor público, da comunidade jurídica e da iniciativa privada, os eventos destacaram a importância da cooperação para fortalecer a governança, aprimorar

o ambiente regulatório e garantir maior segurança jurídica e operacional aos portos brasileiros. Nesse cenário, a participação da ATP reafirma o compromisso da entidade em contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do marco legal que orienta o desenvolvimento do setor portuário nacional.

ATP participa de debates estratégicos sobre hidrovias e reforça importância da navegação interior para a logística brasileira

O desenvolvimento das hidrovias e da navegação interior esteve no centro de importantes debates do setor logístico em 2025. Ao longo do ano, a ATP participou de eventos que discutiram sobre esse tema e sua importância para o fortalecimento desse modal no Brasil.

Um dos destaques foi a edição internacional do **Diálogos Hidroviáveis**, realizada nos dias 4 e 5 de junho, em Corumbá (MS). O encontro reuniu autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil e do setor privado dos cinco países que compartilham a Hidrovia Paraguai-Paraná – Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Durante o evento, a diretora executiva da ATP, Gabriela Costa, atuou como moderadora do painel “A evolução da movimentação de cargas – Planos de expansão e desafios da navegação das empresas brasileiras”, que abordou temas como acessos aquaviários, eficiência no escoamento da produção, integração multimodal e sustentabilidade logística. Promovido pela ADECON – Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias, o evento contou com a parceria da ATP.



O tema também ganhou destaque durante o Norte Export 2025, realizado em 25 de setembro, em Belém (PA), onde autoridades e especialistas debateram o futuro das hidrovias brasileiras. No painel dedicado ao assunto, o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, participou ao lado do secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes Dias Batista, e de representantes das associadas Hidrovias do Brasil e Atem, reforçando a importância de racionalidade nos processos de licenciamento ambiental e de uma comunicação clara com a sociedade para viabilizar o avanço do transporte hidroviário no país.

A agenda institucional incluiu ainda a participação da ATP no II Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, promovido pela OAB/DF e pelo CONPORTOS, realizado em 23 de setembro, em Brasília. Durante o simpósio, Gabriela Costa participou do painel sobre Concessões Hidroviárias, apresentando a visão da ATP sobre esse marco histórico para o setor.

Ao participar desses fóruns estratégicos, a ATP reafirma seu compromisso com o fortalecimento da navegação interior, destacando o papel das hidrovias como vetor de integração logística, eficiência no escoamento da produção e desenvolvimento sustentável das cadeias de transporte no Brasil e na América do Sul.

ATP participa de debates sobre acessibilidade logística e segurança portuária

A ATP também marcou presença em importantes fóruns dedicados à infraestrutura logística e à segurança portuária, contribuindo para discussões estratégicas que impactam



diretamente a eficiência e a competitividade dos portos brasileiros.

Em 10 de junho, no Rio de Janeiro, a entidade participou do **IV Fórum de Portos** – Seminário Geopolítica Portuária: navegando as transformações do comércio global, promovido pela FGV Transportes. Durante o painel “Infraestrutura portuária e conectividade: a chave para a competitividade global”, Murillo Barbosa destacou a importância da acessibilidade logística e chamou atenção para os principais gargalos nos acessos hidroviários, ferroviários e rodoviários, que impactam diretamente a operação dos terminais privados. No mesmo evento, Gabriela Costa mediou o painel “O potencial logístico portuário da Baía da Babitonga”, reforçando o papel estratégico da região e a necessidade de investimentos em conectividade entre os diferentes modais para impulsionar o desenvolvimento econômico.

A agenda institucional da ATP também incluiu a participação no **IV Fórum de Integração dos Supervisores de Segurança Portuária**, realizado em 30 de setembro, em Santos (SP). O encontro reuniu profissionais e autoridades para discutir desafios, avanços e boas práticas na gestão da segurança portuária no Brasil. Durante o evento, Gabriela Costa participou de um dos painéis e destacou a importância da integração entre terminais privados, autoridades portuárias e órgãos reguladores para fortalecer a segurança e garantir maior eficiência nas operações.

8.3 ATP promove

Missão internacional da ATP ao Reino Unido amplia intercâmbio de experiências e fortalece agenda de inovação e sustentabilidade portuária



A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) realizou, entre os dias 19 e 23 de maio, uma missão técnica ao Reino Unido que reuniu executivos do setor portuário, autoridades públicas e lideranças empresariais brasileiras em uma agenda intensa de visitas técnicas e reuniões institucionais. A segunda Missão Internacional de estudos da ATP teve como objetivo promover a troca de experiências com instituições e operadores portuários britânicos, buscando referências internacionais que possam contribuir para o desenvolvimento, a modernização e a competitividade dos terminais portuários privados no Brasil.

O Reino Unido foi pioneiro na privatização portuária e, hoje, 70% da movimentação de cargas passa por portos totalmente privados.

A agenda teve início em Londres, onde a delegação brasileira se reuniu com representantes da Organização de Gerenciamento Marítimo, vinculada ao Departamento de Meio Ambiente do governo britânico e responsável por políticas voltadas à sustentabilidade marítima. Também participaram de reuniões com integrantes da Autoridade Portuária de Londres e do Departamento de Transportes do Reino Unido.



No segundo dia da missão, a comitiva visitou London Gateway, um dos mais modernos terminais portuários do Reino Unido, operado pela associada DP World. O empreendimento concentra cerca de 70% da movimentação de contêineres do país e possui capacidade para 3,6 milhões de TEUs, além de um calado de 17 metros de profundidade. A visita destacou os investimentos em tecnologia e transição energética. Grande parte da operação do terminal já é eletrificada, integrando um amplo projeto de descarbonização.

No terceiro dia da missão, a delegação visitou o Porto de Tilbury, o terceiro maior do Reino

Unido em movimentação de cargas, com mais de 16 milhões de toneladas movimentadas anualmente. Localizado às margens do Rio Tâmsa, próximo a Londres, o complexo portuário possui 31 terminais e responde por cerca de 36% da movimentação de cargas do país. A missão seguiu para o Porto de Southampton, um dos mais tradicionais do Reino Unido, cuja primeira doca foi inaugurada em 1843. Atualmente, o porto abriga um terminal de contêineres operado pela DP World que movimenta cerca de 2 milhões de TEUs por ano, sendo o segundo maior do país nesse segmento.

A missão foi concluída com uma visita à sede da Organização Marítima Internacional (IMO), agência especializada da Organização das Nações Unidas responsável pela regulamentação global do transporte marítimo. Durante a programação, os participantes conheceram a delegação brasileira junto à IMO e participaram de apresentações e debates sobre a transição energética no transporte marítimo e as atualizações regulatórias internacionais. O encontro reforçou a importância do alinhamento do setor portuário brasileiro às agendas globais de sustentabilidade, inovação e segurança marítima.



O encerramento da missão contou com um almoço institucional na sede da organização, reunindo integrantes da comitiva brasileira e representantes da IMO. Durante o evento, a ATP também prestou uma homenagem à então diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, reconhecida internacionalmente por sua atuação na promoção da equidade de gênero no setor marítimo. A diretora-executiva da ATP, Gabriela Costa, realizou a entrega de uma placa comemorativa à homenageada.

A Missão ATP Inglaterra reforçou o compromisso da ATP com a modernização do setor portuário brasileiro e com a busca contínua por referências internacionais capazes de contribuir para o aprimoramento regulatório, tecnológico e operacional dos terminais privados do país.

1º Encontro de Comitês promove a integração entre os 6 fóruns da Associação



1º ENCONTRO DE COMITÊS

Associação de Terminais Portuários Privados

Integração, diálogo e visão de futuro marcaram o 1º Encontro de Comitês da ATP, realizado dia 7 de agosto, em Brasília. O evento consolidou a importância da articulação entre os cinco Comitês da entidade – Sustentabilidade, Jurídico, Infraestrutura, Comunicação e Segurança – como eixo central para o fortalecimento institucional e técnico do setor portuário privado.

A abertura contou com a presença da diretoria da Associação, Murillo Barbosa e Gabriela Costa, além de autoridades e lideranças do setor, como Valter Souza (Diretor da Confederação Nacional do Transporte - CNT), Bruno Orlandi (Secretaria de Santos), Flávia Takafashi (Diretora da ANTAQ) e Mariana Pescatori (Secretária Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos), que foi homenageada por sua relevante contribuição ao desenvolvimento portuário.



Após palestra inspiradora sobre liderança e comunicação, ministrada por Daniela Mamede, da empresa Dale Carnegie, os coordenadores dos cinco Comitês apresentaram as principais pautas em andamento, evidenciando como a atuação técnica e coordenada das frentes temáticas amplia a capacidade da ATP de propor soluções estruturantes ao setor.

O encontro ganhou ainda mais relevância ao promover um debate integrado sobre temas transversais e estratégicos – Dragagem, Licenciamento e Segurança Pública na Navegação – que impactam diretamente a operação dos terminais privados. A discussão, conduzida por Edme Tavares de Albuquerque Filho (DNIT) e Dino Antunes Dias Batista (Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação), demonstrou que desafios regulatórios, operacionais e institucionais exigem respostas construídas de forma conjunta, com diálogo permanente entre as áreas técnica, jurídica, ambiental, de segurança e de comunicação.

O ponto alto do evento foi o lançamento do Comitê de Inovação da ATP, ampliando para seis o número de Comitês estratégicos da Associação e reforçando a governança colaborativa

da entidade. Para Tetsu Koike (Ministério de Portos e Aeroportos), a iniciativa representa um avanço institucional: “A ATP inovou e acertou na criação do seu novo Comitê de Inovação. É fundamental a discussão técnica de temas de interesse coletivo para ter propostas de soluções que possam ser encaminhadas aos órgãos competentes.”



Ao reunir seus Comitês em um espaço comum de diálogo, a ATP reforçou seu papel como instância estratégica de articulação entre setor privado e poder público. A integração das seis frentes técnicas fortalece a construção de propostas mais completas, amplia a capacidade de incidência institucional e contribui para um setor portuário mais moderno, eficiente, seguro e sustentável.



12º Encontro ATP reforça inovação como eixo estratégico para o desenvolvimento portuário



Com o tema A inovação como indutora do desenvolvimento portuário, a ATP – Associação de Terminais Portuários Privados realizou, em 23 de outubro, em Brasília, o 12º Encontro ATP, reunindo autoridades, executivos e especialistas para debater os caminhos da modernização do setor.

A abertura foi conduzida pelo diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, que destacou o compromisso dos terminais privados com o crescimento do país. A

cerimônia contou com a presença de Marcus Cavalcanti, secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil; Rebecca Fontoura, diretora de Programa da Secretaria Nacional de Portos; Alber Vasconcelos, diretor da ANTAQ; contra-almirante Anderson Marcos Alves, subchefe de Assuntos Marítimos da Marinha do Brasil; e Valter Souza, diretor de Relações Institucionais da CNT.



Na sequência, a especialista em inovação e tecnologia Michelle Schneider, professora convidada da Singularity University e autora do livro O Profissional do Futuro, abriu a programação técnica com a palestra “Portos do futuro: liderança e inovação na era da inteligência artificial”. Michelle provocou reflexões sobre o impacto da IA na produtividade e na transformação do setor portuário, citando referências globais como o Porto de Shanghai, símbolo de automação e operação contínua. Também lançou um desafio aos profissionais: incorporar a tecnologia ao dia a dia e assumir papel ativo nesse novo cenário. Ao final, os participantes receberam exemplares do livro como lembrança do encontro.

Encerrando a programação técnica, o painel “A inovação como indutora do desenvolvimento portuário” reuniu Gênesis Gonsalves de Almeida, CEO e fundador da RI Asset Integrity; Roger Bittencourt, CEO da RB Software; e Priscila Farias, diretora da UMI SAN, com moderação da diretora-executiva da ATP, Gabriela Costa.

Os painelistas apresentaram cases práticos que evidenciam o avanço tecnológico no setor.

As discussões reforçaram que automação, governança de dados e embarcações e veículos autônomos são elementos centrais para os portos do futuro, consolidando a inovação como fator determinante para a competitividade do Brasil no cenário logístico global.



O evento foi encerrado por Roberto Almeida, então presidente do Conselho Diretor da ATP, que recebeu uma homenagem pelo encerramento de seu mandato à frente do colegiado. Na sequência, os convidados participaram de um coquetel em celebração aos 13 anos da ATP, marcando a trajetória da entidade e reafirmando seu compromisso com o fortalecimento do setor portuário privado no Brasil.

Patrocinador Diamante



Patrocinadores Ouro



Patrocinadores Prata



Patrocinadores Bronze



Prêmio ATP 2025 reconhece inovação e impacto social nos portos privados



Durante o 13º Encontro ATP, dia 23 de outubro, aconteceu a terceira edição do Prêmio ATP, pioneiro ao reconhecer projetos desenvolvidos exclusivamente por portos privados brasileiros – Terminais de Uso Privado (TUP), Estações de Transbordo de Carga (ETC), Instalações Portuárias de Turismo (IPTur) e FSRUs.

Com número recorde de 53 inscrições, o prêmio evidenciou o avanço do setor em inovação tecnológica, sustentabilidade e impacto social.

Na categoria Inovação Tecnológica Portuária, o grande vencedor foi o Porto Sudeste (RJ), com o projeto “Derrocagem subaquática com fio diamantado”. A iniciativa aplicou, de forma pioneira no setor, tecnologia de corte de rocha com fio diamantado, garantindo precisão, redução de ruídos e vibrações, menor turbidez da água e manutenção das operações durante a execução – combinação que elevou a competitividade e a sustentabilidade do terminal.

Na categoria Impacto Social Portuário, a vencedora foi a Samarco Mineração, com o projeto “Maré de Sorte”. A iniciativa capacitou marisqueiras e pescadores de comunidades do Espírito Santo, promovendo inclusão social, formalização da pesca artesanal e fortalecimento de associações locais. O projeto incluiu cursos de boas práticas, legislação e educação ambiental, além da entrega de equipamentos, ampliando renda e acesso a mercados formais.



Os projetos foram avaliados por uma banca independente composta por nove especialistas da academia e de órgãos públicos, como Ministério de Portos e Aeroportos e ANTAQ, com base em critérios como originalidade, relevância estratégica, aplicabilidade, viabilidade técnica e engajamento comunitário. A ATP não participou do processo de julgamento.

Conheça os Vencedores do Prêmio ATP 2025:

Categoria Inovação Tecnológica Portuária



- 1º lugar – Porto Sudeste (RJ) – Derrocagem subaquática com fio diamantado
- 2º lugar – Porto Itapoá (SC) – Otimização de movimentos produtivos (uso de IA)
- 3º lugar – Porto do Açú (RJ) – Coletivo de Ações em Inovação e Sustentabilidade (Cais)

Categoria Impacto Social Portuário



- 1º lugar – Samarco Mineração – Maré de Sorte
- 2º lugar – Hidrovias do Brasil – Capacitação de jovens
- 3º lugar – Edge – Culinária caiçara na Baixada Santista: valorização da pesca artesanal e cultura tradicional

Diagnósticos Inéditos foram lançados

Estudos, em parceria com o MPor, reforçam a atuação da ATP na agenda de sustentabilidade e gestão de riscos no setor portuário.

Ao longo de 2025, a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) fortaleceu sua atuação técnica e institucional com o lançamento de dois estudos inéditos desenvolvidos em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). As iniciativas ampliaram o conhecimento sobre temas estratégicos para o setor, como sustentabilidade, governança e gestão de riscos.

Em outubro, foi lançado, em Brasília, o Diagnóstico de Sustentabilidade: portuário, navegação e aeroportuário, primeiro levantamento abrangente sobre a adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) nos modais logísticos brasileiros. O estudo revelou que os setores portuário, de navegação e aeroportuário investiram R\$ 1,2 bilhão em iniciativas ESG entre 2023 e 2024, beneficiando 11,3 milhões de brasileiros e gerando cerca de 120 mil empregos diretos.



Elaborado com contribuição técnica da ATP no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o MPor em 2024, o diagnóstico apresenta um panorama detalhado da incorporação da agenda de sustentabilidade na infraestrutura logística nacional. O levantamento aponta que o setor portuário liderou os investimentos ambientais, com R\$ 512,4 milhões aplicados, sendo R\$ 290 milhões provenientes de terminais de uso privado (TUP). Na dimensão social, o segmento também se destacou, com R\$ 225 milhões investidos em iniciativas como prevenção ao assédio, promoção da equidade de gênero, desenvolvimento local e apoio a projetos sociais.

Ainda no campo da produção de conhecimento técnico, a ATP e o MPor lançaram, em dezembro, o Diagnóstico de Seguros em Terminais Portuários Autorizados, estudo que analisa os desafios enfrentados pelos Terminais de Uso Privado na contratação e manutenção de seguros obrigatórios.

O levantamento reúne dados e análises sobre entraves práticos, jurídicos e financeiros que impactam a efetividade das apólices, além de evidenciar um ponto crítico para o setor: a insuficiência de coberturas adequadas para eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes no país.

O lançamento do estudo contou com um painel de debates que reuniu representantes de terminais privados, seguradoras, resseguradoras e corretores, promovendo o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na gestão de riscos do setor.



Com os dois diagnósticos, a ATP reafirma seu papel como agente técnico na formulação de soluções e no fortalecimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, à segurança jurídica e à modernização do setor portuário brasileiro.

ATP na COP30: protagonismo, diálogo e compromisso com a transição sustentável

A participação da ATP na COP30, realizada de 12 a 19 de novembro, na Green Zone, em Belém (PA), consolidou o protagonismo do setor portuário privado brasileiro na agenda climática global. Ao longo da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Associação atuou de forma estratégica, promovendo debates, apresentando estudos técnicos e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade, a diversidade e a inovação.



A agenda teve início dia 12, com a cerimônia de entrega do Selo de Sustentabilidade 2025, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). A iniciativa, que integra o Pacto pela Sustentabilidade instituído pela Portaria nº 58/2025, reconheceu empresas do setor com boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Várias associadas ATP foram premiadas. Na categoria Diamante: Cargill, Ferroport, APM, Porto do Açu, Porto Itapoá, Porto Sudeste, Portonave, Transpetro e VLI; e, na categoria Bronze, o Complexo do Pecém.

No dia 13 de novembro, a diretora-executiva da ATP, Gabriela Costa, mediou o painel "Descarbonização nos Modos de Transporte". O debate reuniu lideranças como Rafael Lucchesi

(TUPY/MWM), Paula Durante Tagliari (Rumo), Milena Braga Romano (Eletra Industrial) e Luis Fernando Resano (ABAC), discutindo tecnologias limpas, eficiência energética, integração multimodal e políticas públicas para impulsionar a transição energética.

No mesmo dia, a convite do Grupo Reicon, Gabriela participou do painel “Mulheres que Movem a Amazônia – liderança e território”, ampliando a atuação da ATP para além da pauta técnica. Ao lado de lideranças como Carolina Benevides, Henriqueta Cavalcante, Mailô Andrade, Cilene Sabino e Uilana Maia, o debate deu visibilidade aos desafios enfrentados por mulheres que vivem e trabalham em regiões ribeirinhas e portuárias. A presença da ATP reforçou o compromisso da entidade com a diversidade, a equidade e o papel transformador do setor portuário nas dimensões social e territorial.

No dia 17 de novembro, a ATP intensificou sua atuação técnica na Conferência. Durante o painel “Diálogos Hidroviáveis”, o diretor-presidente Murillo Barbosa apresentou o Diagnóstico de Sustentabilidade da ATP, elaborado em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos. O documento reúne dados e análises estratégicas para apoiar políticas públicas e fortalecer práticas sustentáveis nos portos brasileiros, consolidando a contribuição institucional da Associação para a formulação de uma agenda ambiental consistente.



Na mesma data, a ATP moderou o painel “Inovação como indutora da transição energética”, também na Estação do Desenvolvimento da CNT. Com participação de Caio Cunha (Porto do Açu), Luis Fernando Resano (ABAC), Silvia Gabriela Schrank (Transpetro) e Jonas Mendes Constante (Fundación Valenciaport), o debate destacou como inovação tecnológica, eficiência energética e modernização das operações portuárias são fundamentais para consolidar uma economia de baixo carbono.

Encerrando sua agenda na GreenZone, a ATP promoveu mais um debate sobre descarbonização e financiabilidade de projetos sustentáveis, sob condução de Murillo Barbosa, com a participação de Caio Cunha (Porto do Açu), Luane Lemos (Porto do Itaqui), Jonas Mendes Constante (Fundación Valenciaport) e Victoria Santos (Instituto Clima e Sociedade). O diálogo reforçou a necessidade de alinhar visão estratégica, inovação e mecanismos de financiamento para acelerar a transição verde no setor.

O Transporte e a COP30



O patrocínio da ATP à Estação do Desenvolvimento do Sistema Transporte (CNT, SEST SENAT e ITL) mostrou a atuação técnica qualificada, o diálogo institucional e o compromisso da Associação com a sustentabilidade.

A COP30 reafirmou o Sistema Transporte como formulador de políticas relacionadas ao clima, demonstrando que o setor é parte essencial das soluções para reduzir emissões e aumentar a eficiência logística do país. A participação robusta, com debates, ativações, parcerias, presença ministerial e adesões internacionais, transformou o Sistema Transporte em interlocutor qualificado junto a diferentes partes interessadas.

Associe-se

Por que se associar?

- A ATP se posiciona como **entidade de referência** do setor portuário privado brasileiro.
- A ATP representa **39 empresas de grande porte e congrega 75 Terminais de Uso Privado (TUP)** do País. Juntos, são responsáveis por quase **60% da movimentação portuária nacional**.
- A ATP atua em **mais de 25 frentes de trabalho**, possui **seis comitês temáticos, cinco grupos de trabalho**, elabora projetos e estudos de fomento aos investimentos públicos e privados voltados ao aprimoramento e a modernização da infraestrutura portuária brasileira.
- A ATP **presta apoio técnico e jurídico qualificado** aos seus associados.
- A ATP tem como foco um **trabalho de articulação constante com o governo, entidades públicas e privadas** para garantir segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável ao investimento.



**Conectando Terminais,
Movimentando o Brasil!**



TELEFONE

(61)3032-1931 ou (61)3201-0880



E-mail

administracao@portosprivados.org.br





-  **ATP** - Associação de Terminais Portuários Privados
 -  @atpportosprivados
 -  @atpassociação
 -  @ATPAssociaçãoTUPs
 -  ATP Associação de Terminais Portuários Privados
-

SAUS Quadra 1 - Bloco J - Torre B - Sala 601 - Ed. CNT
CEP: 70.070-944 - Brasília/DF

portosprivados.org.br
atp@portosprivados.org.br
TELS: (61) 3032-1931 / 99830-6531

Relatório Anual 2025

